

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COOPERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA DO SUL NO
ÂMBITO DO BRICS**

FELIPE COSTA DE FARIAS

RIO DE JANEIRO

2020

COOPERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA DO SUL NO
ÂMBITO DO BRICS

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Escola de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Bacharel em
Economia.

Orientador: Prof. Rodrigo Vergnhanini

RIO DE JANEIRO

2020

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: a minha mãe e ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me muito grato por chegar ao fim da graduação e ver o quanto me desenvolvi ao longo desses anos. Através das experiências que tive, contatos que estabeleci e resultado das minhas indagações e reflexões, mudei completamente a minha forma de pensar e enxergar a vida. De fato, estar na universidade é enriquecedor e único, experiência que tive o privilégio de usufruir.

Quero agradecer primeiramente à minha família: minha mãe Jordete, meu pai Antônio e minhas irmãs Érica e Helen, por todo apoio dedicado a mim. Em especial, agradeço aos meus pais que, mesmo com poucos recursos, nunca mediram esforços para eu estudar. Lembrarei sempre com carinho dos conselhos, orações, compras de material escolar e idas às reuniões da escola. Se hoje concluo esta graduação, em grande parte é porque sempre contei com a dedicação de vocês.

Agradeço também a todos os amigos que fiz durante o período na faculdade. Por inúmeras vezes vocês trouxeram a leveza que precisava e me ajudaram nos momentos complicados. Aproveito para agradecer aos amigos que fiz durante o intercâmbio na África do Sul, onde tive experiências incríveis que me levaram a escrever este trabalho.

A todo o corpo de profissionais da UFRJ pelos excelentes serviços prestados. Em especial, agradeço ao meu orientador, Rodrigo Vergnhanini, que com seu conhecimento, experiência, paciência e assertividade, me ajudou e foi fundamental para a realização desta monografia.

Enfim, agradeço a todos os professores que tive durante a minha trajetória estudantil e à sociedade brasileira que financiou os meus anos de estudo em uma universidade pública. Com certeza, farei uso dos conhecimentos adquiridos para ajudar o Brasil a ser tornar uma sociedade mais justa e igualitária.

"Never, never, and never again shall it be that this beautiful land will again experience the oppression of one by another... The sun shall never set on so glorious a human achievement. Let freedom reign. God bless Africa!"

- Nelson R. Mandela

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a participação da África do Sul em diferentes cooperações econômicas de 1994 a 2019 e identificar os benefícios advindos para o país ao fazer parte das mesmas. Ademais, também são analisados cinco investimentos chineses na África do Sul no âmbito do BRICS. Em relação ao tema das Cooperações para o Desenvolvimento, é realizado um estudo com base na literatura específica e nos dados de comércio e investimento, mostrando a mudança de política externa do governo eleito a partir de 1994 e a inserção do país em diferentes fóruns de cooperação. Como será apresentado, a África do Sul se encontra em posição dual ao ser mais forte economicamente frente às economias regionais e menos diante das externas. O BRICS e a China, nesse contexto, ganham atenção especial por desenvolver sua própria instituição de financiamento e por ser o principal parceiro comercial e investidor sul-africano. Instituições de investimentos e projetos foram criados na África do Sul, se constituem como alternativos às fontes tradicionais de recursos e têm o potencial de auxiliar o país a atingir seus objetivos de desenvolvimento. Entretanto, há problemas envolvendo risco de endividamento, criação de empregos, falhas de gerenciamento e desrespeito ao meio ambiente.

Palavras-chave: África do Sul. Cooperações econômicas. BRICS. China

ABSTRACT

This research aims to analyze South Africa's admittance to different economic cooperations from 1994 to 2019 and identify the benefits for the country as part of them. In addition, It also analyzes five Chinese investments in South Africa within the BRICS. Under the theme Cooperations for South African Development, a study is realized based on specific literature and trade and investment data, showing the transition in foreign policy of the elected government since 1994 and the insertion of the country in different cooperation forums. As It will be shown, South Africa is in a dual position as It is economically stronger vis-à-vis regional economies and less vis-à-vis external ones. BRICS and China, in this context, get special attention for developing It's own financing institution and for being South Africa's main trading partner and investor. Investment institutions and projects were created in South Africa, constitute alternatives to traditional sources and have the potential to ancillary the country achieve It's development goals. However, there are problems involving debt risk, job creation, management failures, and environmental degradation.

Keywords: South Africa. Economic Cooperation. BRICS. China

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - África do Sul: Variação % PIB a preços constantes e taxa desemprego.....	13
Gráfico 2 - África do Sul: % Taxa de juros real e Inflação anual.....	15
Gráfico 3 - África do Sul: Dívida Total do Governo Central (% do PIB).....	15
Gráfico 4 - África do Sul: Importação e Exportação de bens e serviços (% do PIB).....	17
Figura 1 - Iniciativas para o desenvolvimento da África do Sul.....	19
Gráfico 5 - Principais destinos das exportações sul-africanas para a África.....	22
Gráfico 6 - Principais origens das importações sul-africanas da África.....	22
Gráfico 7 - Principais destinos das exportações sul-africanas para a SADC.....	24
Gráfico 8 - Principais origens das importações sul-africanas da SADC.....	25
Gráfico 9 - Exportações sul-africanas para o Brasil e Índia.....	27
Gráfico 10 - Importações sul-africanas do Brasil e Índia.....	28
Gráfico 11 - Exportações sul-africanas para a China.....	30
Gráfico 12 - Importações sul-africanas da China.....	30
Gráfico 13 - Principais destinos das exportações sul-africanas para a IORA.....	32
Gráfico 14 - Principais origens das importações sul-africanas da IORA.....	32
Gráfico 15 - Exportações sul-africanas para o BRIC.....	35
Gráfico 16 - Importações sul-africanas do BRIC.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2. PANORAMA ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID.....	11
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA E INDICADORES SOCIAIS.....	13
2.2 POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA.....	15
2.3 POLÍTICA EXTERNA	17
3. COOPERAÇÕES ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA DO SUL.....	19
3.1 INICIATIVAS INTERNAS.....	20
3.2 INICIATIVAS EXTERNAS.....	25
3.3 ANÁLISE DAS INICIATIVAS.....	36
4. INICIATIVAS CHINESAS NA ÁFRICA DO SUL NO ÂMBITO DO BRICS..	41
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS PROJETOS.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXO A - TABELA COMPARATIVA ENTRE AS INICIATIVAS CHINESAS NA ÁFRICA DO SUL NO ÂMBITO DO BRICS COM O PIB E OUTROS PROJETOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A África do Sul pós-apartheid rompeu com o distanciamento internacional que marcou os 46 anos do regime de segregação. Nesse sentido, retornou e desenvolveu iniciativas que contribuíssem para o desenvolvimento do país e do continente africano. O BRICS foi uma dessas iniciativas. Dentre outras razões, esse agrupamento mostra-se importante pois os países membros corresponderam à 24% do PIB mundial em 2019, atualmente tem o seu próprio banco de investimentos e pela pressão exercida conjuntamente nos organismos internacionais.

Do conjunto de iniciativas que serão apresentadas, foco maior será dado para as atividades comerciais e projetos do BRICS na África do Sul e, principalmente, para o seu maior parceiro econômico – a China. Por isso, o tema desta monografia é “Cooperações para o desenvolvimento da África do Sul no âmbito do BRICS”, pois entende-se a importância política da iniciativa e sua constituição enquanto fonte alternativa de recursos.

Nesta monografia entende-se como “cooperações para o desenvolvimento” o conjunto de iniciativas que África do Sul buscou participar de 1994 a 2019 com o objetivo de realizar melhores trocas comerciais, criar fundo de financiamento para investimentos internos ou em outros países e cooperar em áreas que contribuíssem para os seus objetivos de desenvolvimento.

Dada a assimetria econômica e o discurso de ganhos mútuos nos acordos entre a África do Sul e a China, uma das questões que surgem é se os investimentos chineses têm gerado os benefícios previstos. Portanto, o objetivo desta monografia é identificar os benefícios realizados e/ou previstos para a África do Sul ao participar de diferentes iniciativas internacionais, principalmente o BRICS. Ademais, analisar alguns dos investimentos chineses na África do Sul no âmbito da iniciativa BRICS.

A temática mostra-se relevante devido à importância política e econômica crescente do BRICS, à China ser atualmente a segunda maior economia mundial e maior parceiro comercial da África do Sul e do Brasil e ao fato da experiência sul-africana servir de exemplo para as ações chinesas no Brasil.

Este trabalho foi realizado por meio de leitura e análise de dados em diferentes fontes bibliográficas e está dividido em cinco capítulos incluindo a introdução. O capítulo dois apresenta um panorama da África do Sul após o fim do apartheid em 1994, mostrando as políticas econômicas tomadas pelo novo governo e a mudança de orientação de política externa em relação ao regime anterior. Dada a orientação de integração e cooperação com outros países, no terceiro capítulo são apresentadas sete iniciativas. Será mostrada a história, objetivo, relação comercial – volume e

composição - e ganhos para a África do Sul ao integrar as cooperações, com maior ênfase para iniciativa BRICS. Dada a importância crescente que a China adquiriu na economia sul-africana, principalmente no que se refere aos investimentos, o quarto capítulo apresentará cinco projetos desenvolvidos na África do Sul pela China no âmbito do BRICS e também será realizada uma análise quantitativa e qualitativa desses investimentos. Por fim, o capítulo cinco será dedicado às considerações finais.

2 PANORAMA ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID

A África do Sul, oficialmente República da África do Sul, é um país localizado no sul do continente africano. De acordo com dados de 2019 do *International Monetary Fund* (IMF)¹, o país nesse ano ocupou a 32ª posição no PIB mundial e a 3ª no continente africano. Atualmente faz parte de inúmeras cooperações econômicas, comercializa com muitos países e vive um sistema político democrático. No entanto, o país teve a maior taxa de desemprego mundial em 2019, teve IDH de 0,705 em 2018 e tem sua pauta exportadora baseada em minérios. Essa estrutura econômica pode ser explicada pelo passado colonial e pelo regime de segregação, apartheid, que até hoje deixaram marcas profundas na economia e sociedade sul-africana.

Apartheid, palavra em Africâner que significa “separação”, foi um regime formalizado em 1948 e que durou 46 anos na África do Sul. Esse sistema buscava controlar a vida social e econômica da população negra (HISCH, 2005). Havia segregação para empregos, educação, local de moradia, saúde, transporte e casamento. O regime acabou em 1994 e as eleições desse ano foram um marco no país pois pela primeira vez negros, mestiços e indianos tiveram direito ao voto, dando vitória ao Congresso Nacional Africano (CNA) e elegendo Nelson Mandela à presidência (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

O processo para a democratização do país não foi fácil e teve, além dos movimentos internos contrários ao regime, pressão internacional em um contexto do fim da Guerra Fria, queda do leste europeu e retirada dos cubanos e cooperantes do bloco soviético da África Meridional. Havia cobrança do capital nacional e de organismos internacionais, como o Banco Mundial e FMI, de que a política econômica no país não fosse alterada consideravelmente. O programa a ser posto em prática pelo novo governo, seria revisado por essas instituições e por governos de países desenvolvidos dando sinais positivos para a comunidade financeira internacional (Barbosa e Tepassee, 2009). Além disso, as negociações para o fim do sistema de segregação e realização da votação democrática exigiam a garantia de manutenção dos direitos da elite branca (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Nelson Mandela foi presidente da África do Sul durante cinco anos. Nos dois primeiros anos, seu vice foi Frederik Willem de Klerk, último presidente do regime do apartheid. Nos três anos posteriores, a vice-presidência foi ocupada por Thabo Mbeki que, em 1999, também seria eleito à presidência ficando no cargo até 2008. Na análise de Visentini e Pereira (2010), o vice

¹ PIB em valores correntes. Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2020/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

Mbeki foi quem de fato controlou a máquina pública, pois Mandela se dedicava mais à agenda política, especialmente a internacional.

Concluído o processo eleitoral, formou-se o Governo de Unidade Nacional com o objetivo de conduzir o processo de reorganização do país com a cooperação de representantes de diversos partidos políticos. Houve discussão sobre qual política econômica seria implementada. Dois planos econômicos foram executados durante o governo Mandela: o *Reconstruction and Development Programme* (RDP) e o *Growth, Employment and Redistribution* (GEAR) (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Assim que assume o poder, o governo Mandela teve como prioridade atacar a pobreza e as privações deixadas pelo regime anterior. Assim, o RDP foi realizado como política de progresso socioeconômico que buscava mobilizar recursos naturais e humanos para erradicar o legado deixado pelo apartheid, construindo uma sociedade democrática, não racial e não sexista. Para isso, seria necessário o desenvolvimento de instituições democráticas sólidas, garantia da representatividade e participação política e criação de crescimento estável e ambientalmente sustentável (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

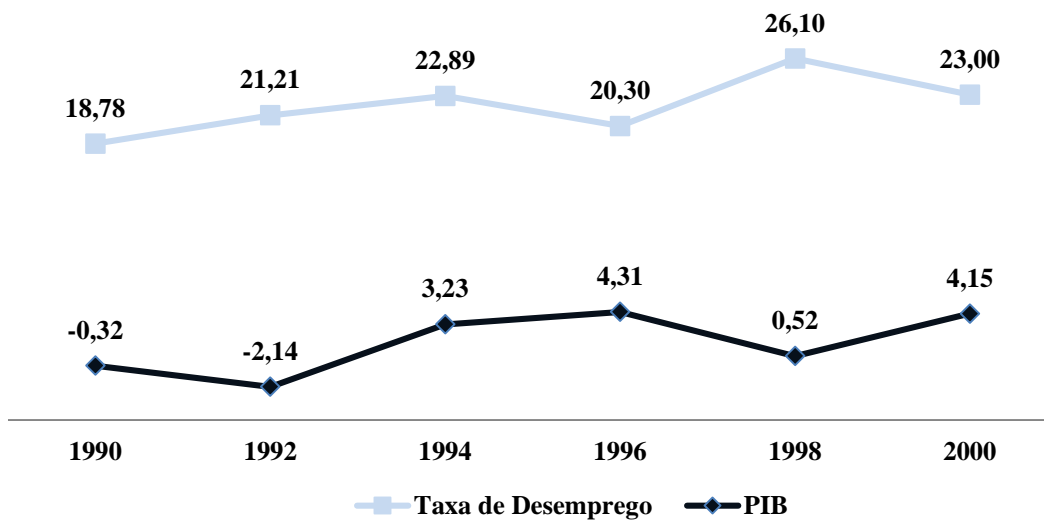
HIRSCH (2005) mostra como o RDP era uma tentativa de realizar uma política nos moldes asiáticos combinando investimentos públicos com reformas institucionais e estabelecimento de macroeconomia ortodoxa. Bond (2000) reforça esse argumento ao mostrar as influências neoliberais no RDP: alta taxa de juros executada por Banco Central independente, disciplina fiscal e política comercial voltada para exportações com corte de tarifas.

O GEAR foi outra estratégia econômica implementada a partir de 1996. O objetivo era a estabilização macroeconômica e liberalização comercial e financeira como prioridade para promover o crescimento econômico, aumentar o emprego e reduzir a miséria. Esse plano estava alinhado às convicções neoliberais de liberalização da economia, proteção dos direitos de propriedade, melhoria das condições de negócios e taxas de câmbio determinadas pelas forças de mercado (Ncube, 2017).

Esclarecido o contexto político e os planos implementados a partir de 1994, será apresentado separadamente um panorama da atividade econômica e indicadores sociais, política fiscal e monetária e política externa da economia sul-africana pós-apartheid. Este método de trabalho se dá não pela independência entre as políticas, mas para facilitar o entendimento das mesmas.

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA E INDICADORES SOCIAIS

Gráfico 1: África do Sul: Variação % PIB a preços constantes e taxa desemprego



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do IMF

O gráfico 1 mostra a evolução da variação % do PIB e da taxa de desemprego na África do Sul entre os anos de 1990 e 2000. Como apresentado anteriormente e também será mostrado nas próximas seções, o regime de segregação deixou uma economia que se deteriorou até o fim do sistema. A variação média do PIB entre 1990 e 1993 foi -0,56% e da taxa de desemprego foi de 20,58%.

Assim que assume em 1994, o governo Mandela implementou o RDP como projeto de reestruturação e desenvolvimento da economia. Para que fosse bem sucedido, o plano precisava que o fluxo de receita do governo melhorasse. Contudo, o compromisso com a prudência fiscal e a realocação das riquezas existentes foram empecilhos para o sucesso do programa (HIRSCH, 2005).

Em 1996 o GEAR substituiu o RDP como estratégia econômica. Esse programa representou a hegemonia do pensamento neoliberal na política econômica sul-africana. A abertura da economia aliada às privatizações, investimentos externos diretos e na infraestrutura municipal seriam os propulsores do crescimento econômico. As melhorias sociais seriam induzidas pelo crescimento econômico com o governo atuando na criação de políticas públicas (LAVOR, 2017).

O governo reduziu déficits fiscais, baixou a inflação, privatizou ativos públicos, diminuiu impostos sobre lucros das empresas, dentre outros. O objetivo final era atingir um crescimento anual de 6% até o final de 2000 através do incentivo ao investimento privado. Porém, como pode ser visto no Gráfico 1, essa meta não foi alcançada. Uma das razões foi a falta de cooperação da

política monetária com a estratégia do GEAR (LAVOR, 2017). Além disso, a crise global de 1998 e a diminuição da demanda pelas exportações sul-africanas colocaram um fim nessa estratégia (Ncube, 2017).

Com relação ao desemprego, o governo Mandela é eleito em uma economia cuja taxa de desocupados em busca de trabalho estava em ascensão. Devido à exclusão social e educacional provocados pelo regime do apartheid, trabalhadores com baixo nível educacional e qualificação não foram absorvidos pelos setores privados modernos (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Além disso, a partir de uma análise marginalista, o trabalho de Fedderke (2012) mostra que o mercado de trabalho sul-africano é caracterizado por sua rigidez. Em um estudo de 1995 a 2005, o autor mostra como os salários apresentaram baixa elasticidade às alterações nas condições do mercado e como o custo marginal do trabalho supera sua produtividade, gerando desemprego.

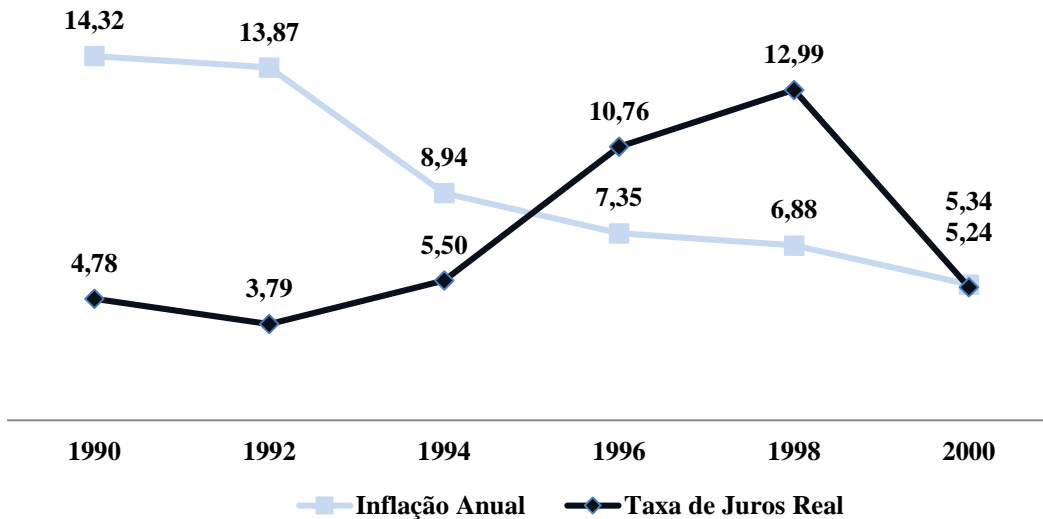
O Governo Mbeeki foi responsável por lançar o *Black Economic Empowerment* (BEE), programa para corrigir desigualdades permitindo maior participação da população negra na economia (CONSTANTINO, 2017). O BEE objetivava elevar o número de negócios liderados por negros em um país no qual uma minoria branca era detentora de 80% do poder econômico (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Uma das críticas ao projeto argumenta que, ao invés da criação de um plano de abrangência nacional, formou-se uma pequena elite negra (HIRSCH, 2005).

Com relação à educação, dados do Banco Mundial² mostram que a taxa de matrícula na escola primária se elevou de 82,09% em 1994 para 83,36% em 2000. A taxa de alfabetização de adultos, com 15 anos ou mais, se elevou de 76,14% para 80,77% no mesmo período. Entretanto, a qualidade da educação é muito heterogênea entre as províncias. As escolas primárias e secundárias falham em prover habilidades técnicas perpetuando a herança do apartheid e dificultando o desenvolvimento econômico e a redução do desemprego (Ncube, 2017). Além disso, as escolas exigem taxas escolares e outros custos que tornam difícil o acesso e a continuidade nos estudos para os mais pobres (LAVOR, 2017).

² THE WORLD BANK. **Indicators**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 01 set. 2020.

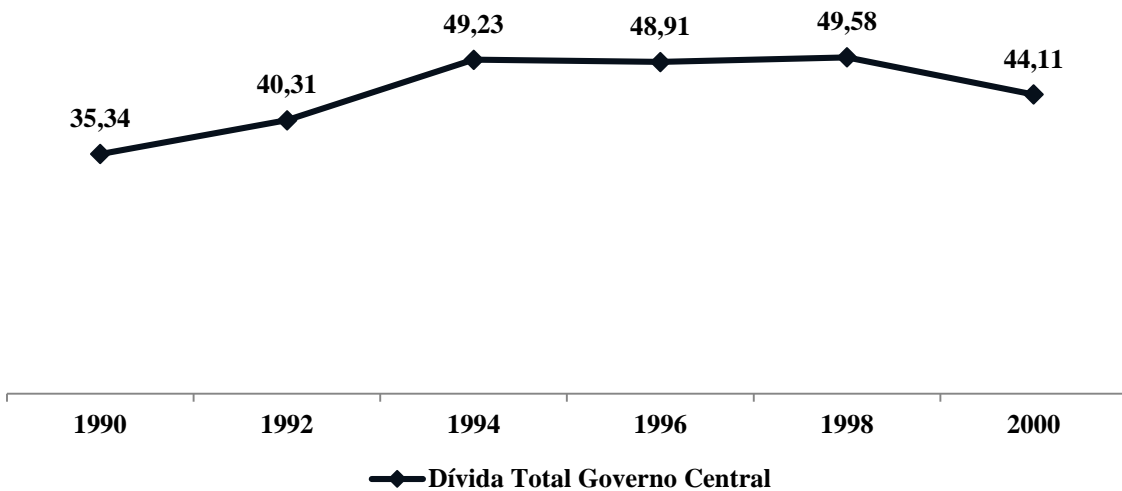
2.2 POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

Gráfico 2: África do Sul: % Taxa de juros real e Inflação anual



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Banco Mundial

Gráfico 3: África do Sul: Dívida Total do Governo Central (% do PIB)



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Banco Mundial

O gráfico 3 mostra a evolução da dívida total do Governo Central. Os gastos públicos estavam em elevação quando as eleições democráticas ocorreram em 1994. Embora tenha buscado reduzir os gastos excessivos, a receita do governo já vinha crescendo menos que as despesas desde a década anterior. Adicionado a isso, as restrições internacionais e outros problemas econômicos

fizeram com que o nível de atividade da economia caísse nos anos que precederam a eleição de Mandela (LAVOR, 2017).

As negociações para o fim do sistema de segregação exigiam que a política econômica não fosse alterada substancialmente. Assim, duas importantes posições que haviam sido nomeadas pelo regime foram mantidas: Chris Stals, governador do Banco de Reserva da África do Sul (SARB) e Derek Keys, Ministro das Finanças (HIRSCH, 2005).

As políticas monetárias e fiscais iniciais do Governo Mandela foram compostas por elevação da taxa de juros, como pode ser visto no Gráfico 2, e política fiscal rígida, ambas alinhadas às privatizações, liberalização da conta de capitais e independência do Banco Central (BARBOSA; TEPASSE, 2009). Um dos motivos para o conservadorismo foi o receio de uma crise financeira que colocasse em risco a soberania do país e o botasse sobre pressão do FMI e do Banco Mundial (LAVOR, 2017).

A inflação na África do Sul em 1995 era interpretada como de demanda. Dessa forma, o SARB continuou a segurar a oferta de moeda e o crédito sob pressupostos de bons indicadores da demanda agregada e que a taxa de juros deveria ser usada para controlar o crescimento da oferta monetária. A fuga de capitais no ano seguinte, 1996, obrigou o banco central a elevar a taxa de juros para conter a desvalorização da moeda nacional (LAVOR, 2017).

Com o fracasso do RDP e desvalorização do rand (moeda sul-africana), em 1996, o GEAR foi apresentado como nova estratégia nacional e o ministro das finanças foi substituído. O novo projeto associou maior prudência fiscal à capacidade de aliviar uma política monetária ainda restritiva. De acordo com Bond (2013), dos objetivos do GEAR durante seu período de vigência, 1996 a 2000, os únicos atingidos foram redução da inflação, conta corrente excedente antes da saída de capitais nos anos 2000 e déficit fiscal menor que o projetado. O crescimento do PIB, emprego e investimento foram abaixo do projetado pelo Departamento de Finanças.

Como o Gráfico 1 apresenta, os dois primeiros anos posteriores à implementação do GEAR não foram de elevação na taxa de crescimento. As razões para o fracasso da estratégia no que tange o PIB já foram apresentadas na seção anterior. Com isso, as políticas monetária e fiscal foram flexibilizadas. Primeiramente, na metade de 1998, a estabilidade da taxa de câmbio foi deixada em favor da independência da política monetária. Em fevereiro de 2000, a África do Sul passou a adotar metas de inflação e do lado fiscal, política anticíclica até 2006 (Ncube, 2017).

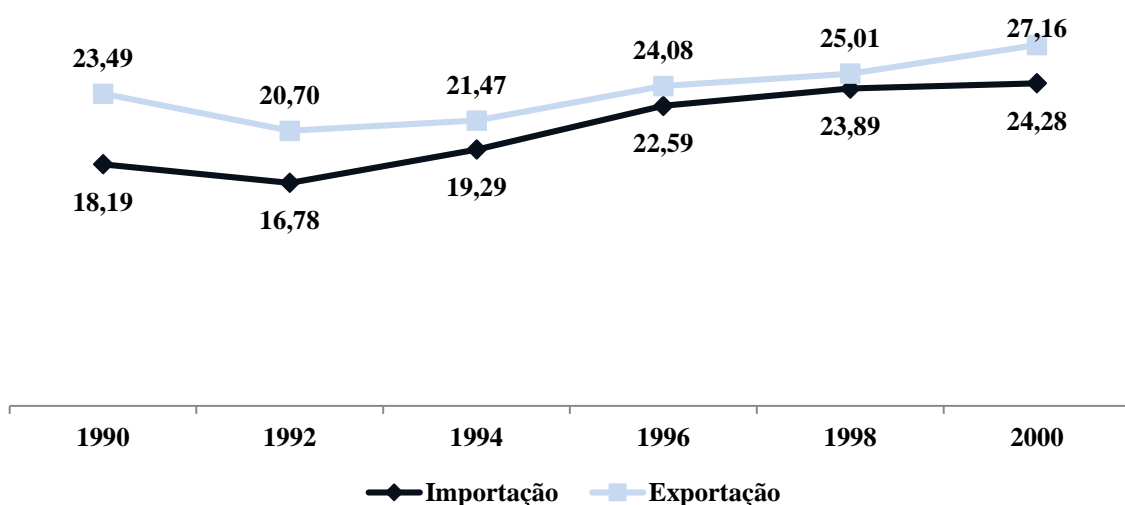
2.3 POLÍTICA EXTERNA

Com relação à política externa da África do Sul, desde que as negociações para a transição do regime começaram, a imagem externa do país melhorou e o processo de isolamento internacional começou a ser quebrado. O país passou de um período de retraimento internacional para outro caracterizado pela euforia e reconhecimento mundial. Em 23 de junho de 1994, o Ministro Alfred Nzo representou o país na Assembleia Geral da ONU. A partir desse momento, o país regressou a várias organizações das Nações Unidas (BRANCO, 2003).

Quando o CNA assume o poder em 1994, a economia sul-africana não só estava com baixo crescimento, alta inflação e desemprego mais também inserida em um contexto de exclusão e sanções internacionais devido às políticas do apartheid. Esse regime, até meados dos anos 80, buscou a preservação e manutenção do sistema como objetivo principal e quase único de sua política externa (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Para isso, a partir da segunda guerra mundial buscou autossuficiência no maior número de áreas possíveis (PEREIRA, 2010).

Em 1955 a África do Sul retirou-se da UNESCO, em 1963 saiu da *Food and Agriculture Organisation* e em 1964 abandonou a Organização Internacional do Trabalho. Os argumentos eram sempre as condenações feitas por essas organizações ao regime segregacionista. Em 1973, a grande maioria dos países produtores de petróleo cessaram as vendas para a África do Sul. Entre 1985 e 1986, houve a recusa da renovação de empréstimos, cancelamento de novos investimentos e boicote às importações. A partir da década de 1980, ficou ainda mais visível o distanciamento do país sul-africano do comércio e de organizações internacionais.(BRANCO, 2003).

Gráfico 4: África do Sul: Importação e Exportação de bens e serviços (% do PIB)



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Banco Mundial

Devido à mudança de regime e melhoria nas relações externas, as vendas e demandas de bens e serviços sul-africanos se intensificaram ao longo dos anos 90. Porém, na ocasião da troca de governo, o comércio exterior apresentava baixo desempenho. Além do distanciamento internacional, a queda no preço do ouro nos anos 80 levou ao declínio das exportações e das receitas cambiais (CONSTANTINO, 2017). Em 1985, as exportações e importações correspondiam à 39,44% e 21,87% do PIB, enquanto em 1994 correspondiam à 21,47% e 19,29%.

As relações externas do Estado passaram por muitas mudanças. A partir de 1994, a política externa não estava mais ligada à manutenção de um regime, mas voltada para o desenvolvimento de um país democrático. Nesse novo cenário, a orientação do governo era de cooperação regional e diálogo desenvolvimentista sul-sul para buscar sua reintegração na comunidade internacional.

O conceito de um Renascimento Africano³ também esteve presente no novo governo, consistindo no renascimento, renovação e desenvolvimento do continente, de um sistema democrático e na ruptura dos laços de dependência neocoloniais. O país sul-africano, neste contexto, passava a ser protagonista para atingir essas metas sendo não mais um elemento de desestabilização e dominação, mas de paz e cooperação com outros países africanos.

Além de intensificar seu comércio exterior e reestabelecer relações diplomáticas perdidas, a África do Sul desenvolveu iniciativas com o objetivo de melhorar a economia do continente africano e cooperar com outros países. Agora havia o entendimento de que o crescimento sul-africano não podia ser desassociado do restante da África e do mundo. Portanto, o capítulo 3 analisará algumas das cooperações econômicas desenvolvidas pela África do Sul e os ganhos que o país tem obtido ao fazer parte das mesmas. Uma ênfase maior será dada para a iniciativa BRICS. As razões também serão explicadas no próximo capítulo.

³ “It is in this context that we have put forward the perspective of an African Renaissance. The word “renaissance” means rebirth, renewal, springing up a new. Therefore, when we speak of an African Renaissance, we speak of the rebirth and renewal of our continent.” Fonte: SPEECH by the president of the ANC, Nelson Mandela, to the 50th National Conference of the African National Congress. Disponível em: http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS543&txtstr=1997. Acesso em: 01 set. 2020.

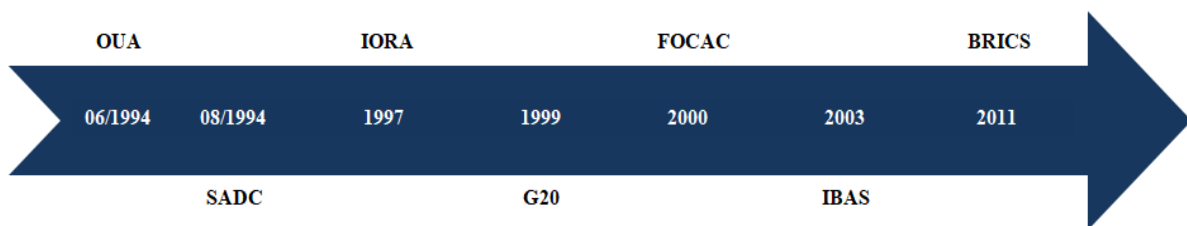
3 COOPERAÇÕES ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA DO SUL

Apresentados o contexto econômico e político da África do Sul a partir das eleições de 1994 e, principalmente, a mudança de orientação de política externa do novo governo, este capítulo tem por objetivo analisar algumas das cooperações econômicas desenvolvidas pela África do Sul e os benefícios que o país tem obtido ao fazer parte das mesmas.

Dentro do continente africano, a África do Sul desenvolveu e buscou participar de iniciativas com outros países que resgatassem o passado africano anterior à colonização e ao imperialismo europeu (OTÁVIO, 2015). Algumas dessas iniciativas foram: Organização da Unidade Africana (OUA) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A principal expressão da política do Renascimento Africano foi a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), programa surgido em 2001 (SANTOS, 2019).

Iniciativas com países fora do continente africano também seriam importantes para a nova África do Sul cuja política externa estaria pautada na valorização dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento econômico, multilateralismo e soberania dos Estados (OTÁVIO, 2015). Além de manter relações com parceiros como EUA e países da União Europeia, relação norte – sul, a África do Sul também estreitou relações com as economias do sul e buscou se inserir em novas iniciativas, tais como IBAS, FOCAC, IORA e BRICS.

Figura 1: Iniciativas para o desenvolvimento da África do Sul



Fonte: Elaboração do autor, a partir de consulta a diversas fontes⁴

⁴ Fontes:

AFRICAN UNION. **Member states**. Disponível em: https://au.int/en/member_states/countryprofiles2. Acesso em: 01 set. 2020.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **Member states**. Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/member-states>. Acesso em: 01 set. 2020.

IBSA. **The India-Brazil-South Africa dialogue forum**. Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/background.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

FOCAC. **FOCAC mechanisms**. Disponível em: http://www.focac.org/eng/ltjj_3/ltjz/. Acesso em: 01 set. 2020

DECLARAÇÃO de Sanya: reunião de líderes do BRICS. reunião de líderes do BRICS. 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2569-declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>. Acesso em: 01 set. 2020.

G20. **What is the G20?** Disponível em: <https://g20.org/en/about/Pages/whatis.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

DIRCO (South Africa). **Southern African Development Community (SADC): history and present status**. history and present status. Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/foreign/Multilateral/africa/sadc.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

3.1 INICIATIVAS INTERNAS

União Africana e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

A União Africana (UA) foi instituída em julho de 2002 e a sua materialização se deu através da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), documento oficial adotado pelos chefes de estados africanos em outubro de 2001. O NEPAD foi a consequência de 3 iniciativas anteriores: *Millennium Partnership for Africas' Recovery Programme*, *Omega Plan* e *Compact for African Recovery*. O programa buscava ser uma alternativa do sistema de assistencialismo em curso há décadas nas relações norte – sul (DIALLO, 2006).

A NEPAD foi criada para atender aos desafios propostos pela globalização e do século XXI. Os países membros ainda tinham muito a enfrentar, mas metas como independência nacional e fim do regime do apartheid já tinham sido alcançadas. Assim, a instituição anterior à UA foi modernizada e novos princípios foram adotados como: a busca por instituições democráticas, participação popular, igualdade de gênero e integração política e socioeconômica do continente (DIALLO, 2006).

Visando aumentar a cooperação e integração dos países africanos e ter uma diretriz para atingir os objetivos do Pan Africanismo, a Agenda 2063 foi desenvolvida. A NEPAD também passou por algumas alterações desde a sua criação. Em 2010, a NEPAD Agency foi estabelecida e em janeiro de 2018 a instituição se transformou na Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA).⁵

A África do Sul faz parte da atual UA e NEPAD Agency juntamente com todos os outros países africanos. A sua adesão à antiga OUA ocorreu em junho de 1994, cerca de um mês depois da eleição democrática que elegeu Nelson Mandela a presidente.

No momento em que esta monografia é escrita, setembro de 2020, e em consulta ao site oficial da NEPAD⁶ na mesma data, verifica-se os principais resultados alcançados pela África do Sul como integrante dessa iniciativa. Alguns deles são:

- 15.000 mulheres e jovens alcançados por meio de quatro projetos comunitários focados em reabilitação de drogas e violência de gênero;

⁵ AFRICAN UNION DEVELOPMENT AGENCY. **About us**. Disponível em: https://www.nepad.org/who-we-are#about_us. Acesso em: 01 set. 2020

⁶ AFRICAN UNION DEVELOPMENT AGENCY. **South Africa**. Disponível em: <https://nepad.org/countries/south-africa>. Acesso em: 01 set. 2020

- A África do Sul comprometeu 3,6 milhões de hectares de terras para restauração através da aplicação da metodologia de avaliação de oportunidades de restauração até 2030.

Além desses resultados alcançados, há projetos em andamento em áreas como infraestrutura, ciência e tecnologia, saúde e segurança alimentar e nutricional. Alguns desses projetos:

- Projeto: Corredor Multimodal Norte-Sul.

Descrição: programa desenvolvido para modernizar o corredor multimodal ARTIN na África Austral e facilitar o transporte de pessoas e produtos entre África do Sul, Botsuana, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Congo;

- Projeto: Lesoto HWP Fase II – Componente de Transferência de Água

Descrição: programa de transferência e suprimento de água para Gauteng, província na África do Sul;

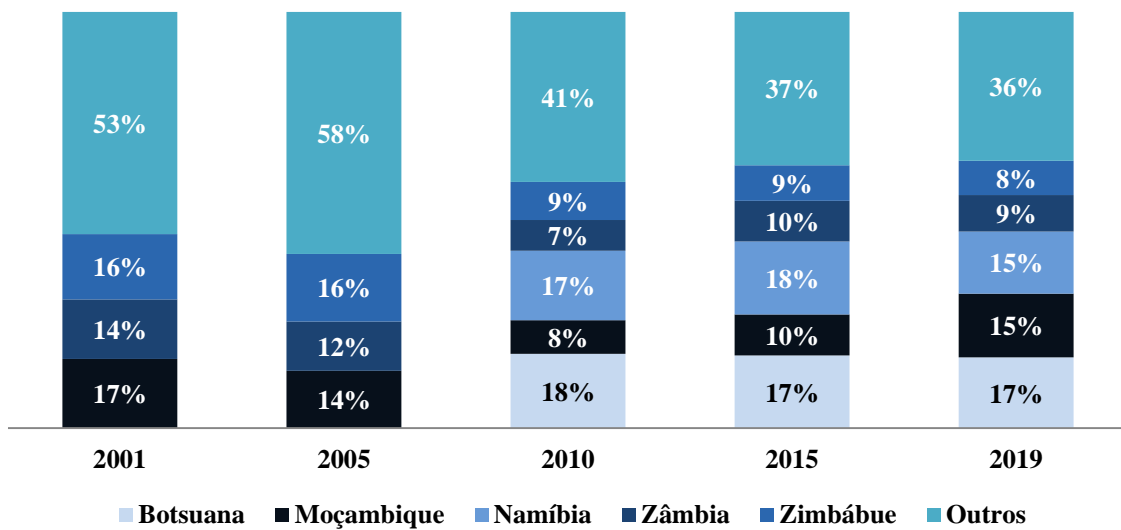
- Projeto: Programa portuário e ferroviário do eixo da África

Descrição: programa objetiva lidar com os desafios da África Austral em desenvolver capacidade portuária que atenda a demanda futura doméstica e de países sem litoral.

Com relação às trocas comerciais dentro do grupo, pode-se verificar que foram bem intensas entre 2001 e 2019. Em consulta aos dados disponíveis no site Trade Map⁷, verifica-se que as exportações sul-africanas para o continente africano ultrapassaram U\$\$ 24 bilhões em 2019. Além disso, o saldo da balança comercial com o continente foi positivo em todo o período citado anteriormente.

⁷ INTERNATIONAL TRADE CENTRE. **Trade map**: trade statistics for international business development. trade statistics for international business development. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 01 set. 2020.

Gráfico 5: Principais destinos das exportações sul-africanas para a África

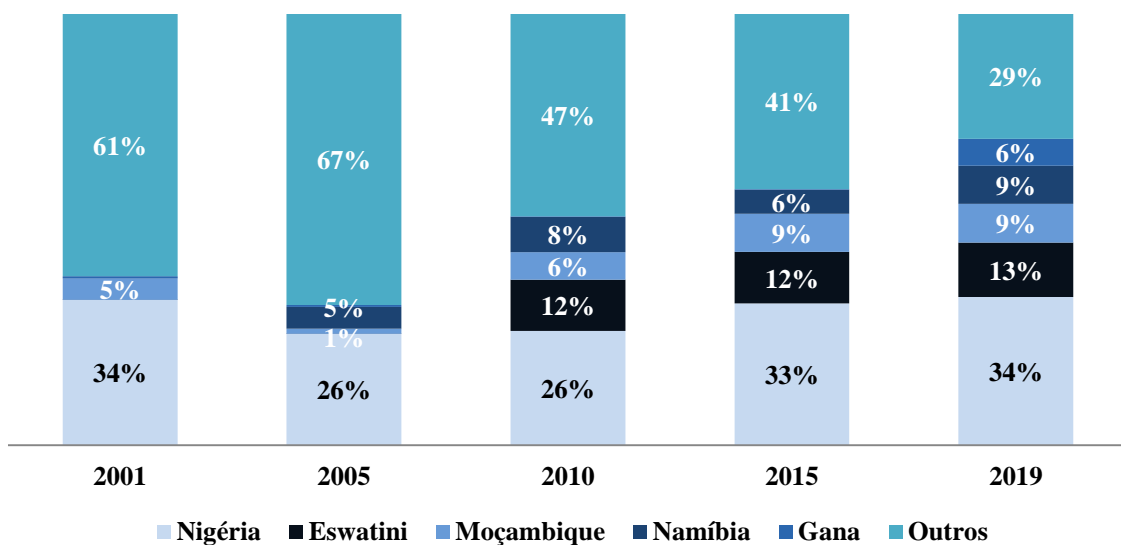


Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

A partir do gráfico 5 pode-se analisar as exportações sul-africanas para todo o continente africano entre 2001 e 2019. Nota-se que os principais destinos de exportação passaram a ser Botsuana, Moçambique e Namíbia enquanto Zâmbia e Zimbábue perderam participação.

Quanto à composição das exportações, sempre corresponderam principalmente à máquinas e equipamentos de transporte – 25% em 2019 - como, por exemplo, guinchos e veículos de chassis articulado. Em seguida, vêm os artigos manufaturados como diamantes e laminados de ferro e aço. Combustíveis minerais ocupam a terceira posição correspondendo à derivados de petróleo e energia elétrica.

Gráfico 6: Principais origens das importações sul-africanas da África



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

No que se refere às importações sul-africanas provenientes dos países da OUA, o gráfico 6 mostra que a principal origem das importações foi a Nigéria em todo o período analisado. Além disso, Eswatini ganhou posição dentre os outros países, correspondendo ao segundo lugar de origem de importação em 2019.

As importações da África do Sul dentro do continente estão centradas em combustíveis e lubrificantes – óleos brutos de petróleo e gás natural liquefeito. Em 2001, essa seção correspondia à 45% enquanto que em 2019, à 55%. Em segundo lugar no ano de 2019 vêm os produtos alimentícios. Artigos manufaturados e máquinas e equipamentos de transportes perderam participação no total das importações. Em 2001, correspondiam à 11% e 7% enquanto que em 2019, à 6% e 5%.

Para a análise comercial dos países e produtos desta seção e das próximas, foram utilizados dados do Trade Map e a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUICI) devido o maior detalhamento dos bens transacionados⁸.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

O ingresso da África do Sul na iniciativa ocorreu em 1994 e representou a aceitação dos países membros do novo momento que o país vivenciava após o fim do apartheid. Essa cooperação surgiu com foco na integração e desenvolvimento econômico da África Austral, combater a pobreza e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de suas populações (OLIVEIRA, 2010).

Em consulta ao site da SADC⁹, verifica-se que há 83 projetos em andamento em diversas áreas como energia, infraestrutura e transporte. A África do Sul, dentre esses projetos, aparece como beneficiária direta em 6 deles.

A fronteira The Beitbridge entre a África do Sul e Zimbábue é a mais movimentada na África Austral em termos de trânsito de pessoas e comerciais. Há um projeto em andamento para a modernização deste posto. Acredita-se que o projeto pode impulsionar as trocas comerciais entre os dois países através da redução nos custos de transporte e da melhora na coordenação das agências fronteiriças. Além disso, os dois países já fazem parte do acordo de livre comércio da região, o que também pode contribuir para tornar o projeto ainda mais benéfico.

⁸ TABELAS auxiliares: consulta às classificações e descrições completas de produtos, países, UF, vias e URF. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/tabela-auxiliar>. Acesso em: 01 set. 2020.

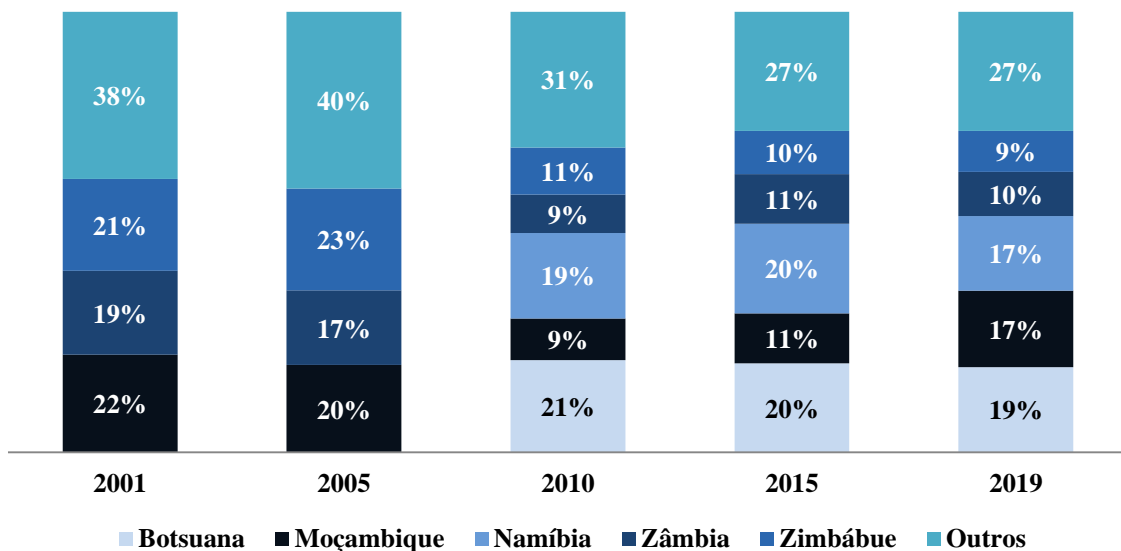
⁹ SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY. **Home**. Disponível em: <https://www.sadc.int/>. Acesso em: 01 set. 2020.

Outro projeto em desenvolvimento em que a África do Sul aparece como beneficiária direta é a expansão do Porto de Durban. Esse é o segundo mais importante porto de contentores no continente africano e o mais importante da África Austral. O mesmo possui localização estratégica em rotas de embarque para a África do Sul e o aumento da capacidade visa atender a maior fluxo de cargas e contêineres.

No que se refere à área de comércio exterior da África do Sul com os outros países membros da SADC, a balança comercial se manteve positiva entre 2001 e 2019. Os principais produtos exportados para a região foram máquinas e equipamentos de transporte – guinchos e veículos de chassis articulado – e os principais importados foram combustíveis minerais e lubrificantes como, por exemplo, óleos brutos de petróleo e gás natural liquefeito.

Analisando ainda a estrutura das trocas comerciais sul-africanas com a SADC, pode-se verificar que as exportações não tiveram mudança expressiva em sua composição, mantendo-se relativamente a mesma entre 2001 e 2019. A mudança ocorreu nas importações da região com o aumento da demanda por obras diversas, produtos alimentícios e combustíveis minerais e lubrificantes. Artigos manufaturados, máquinas e equipamentos e materiais em bruto perderam participação.

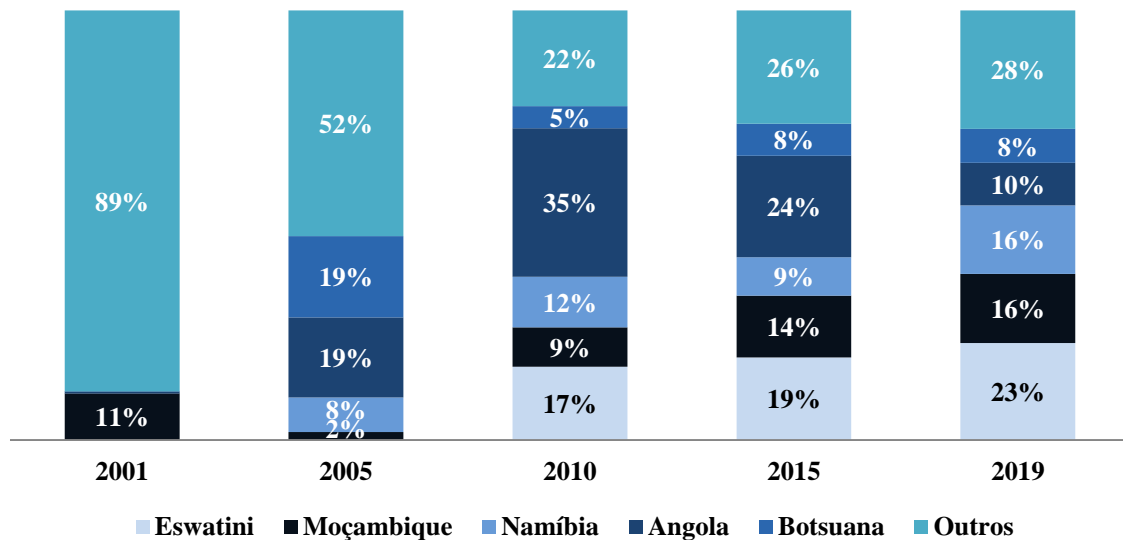
Gráfico 7: Principais destinos das exportações sul-africanas para a SADC



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

O gráfico 7 permite verificar uma mudança no destino das exportações sul-africanas dentro da SADC. Em 2001, as exportações eram destinadas principalmente à Moçambique, Zâmbia e Zimbábue enquanto em 2019, à Botsuana, Namíbia e Moçambique.

Gráfico 8: Principais origens das importações sul-africanas da SADC



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

O gráfico 8 nos mostra uma menor concentração nas importações sul-africanas dos países da SADC. Em 2001, Zimbábue correspondia a 52% das importações sul-africanas e ao longo do período analisado perdeu participação para países como Eswatini, Moçambique e Namíbia.

3.2 INICIATIVAS EXTERNAS

IBAS

IBAS é o acrônimo criado para designar o fórum de diálogo da Índia, Brasil e África do Sul. Criada em 2003, a iniciativa composta por três países emergentes com desafios semelhantes tem como pilares a coordenação política, cooperação setorial intragrupo e com terceiros países e a construção de uma arquitetura internacional que represente mais as nações em desenvolvimento¹⁰.

O IBAS foi uma ideia inspirada pela ministra dos negócios estrangeiros da África do Sul, Nkosazana Dlamini Zuma,¹¹ e com participação do Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, para a sua formação e consolidação.¹² Embora criado em 2003, a primeira cúpula do grupo aconteceu em

¹⁰ IBSA. **The India-Brazil-South Africa dialogue forum**. Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/background.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

¹¹ DISCURSO do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia da abertura da reunião ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/163-discursos-artigos-e-entrevistas/7818-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-cerimonia-da-abertura-da-reuniao-ministerial-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 01 set. 2020.

¹² IBSA. **India-Brazil-South Africa dialogue forum third summit of heads of state/government New Delhi declaration**. 2008. 12 p. Disponível em: http://www.ibsa-trilateral.org/images/3rd_IBSA_Summit_Declaration_-_New_Delhi_2008.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

2006 e a última em 2011. Desde então, tem acontecido reuniões ministeriais entre representantes dos países membros.

Para além de uma iniciativa que busca a cooperação entre três países, busca-se também a união dos três continentes representados – Ásia, América do Sul e África. A iniciativa sul-sul não objetiva substituir a ajuda tradicional norte-sul, mas complementá-la com novos recursos e novas regras de atuação.

Pragmatismo é uma das características do grupo que busca desde o início uma atuação concreta. Um exemplo disso é o Fundo IBAS que financia, desde 2004, projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo¹³. Os recursos são administrados pelo Escritório das Nações Unidas para a cooperação sul-sul e repassados aos projetos nos países selecionados.

O Fundo não foi criado para ajudar os países integrantes do grupo, mas países menos desenvolvidos que esses. Mais de 32 milhões de dólares já foram destinados pelo fundo. De acordo com o site do IBAS¹⁴, há projetos aprovados recentemente na Bolívia e Serra Leoa; projetos em andamento no Vietnã e Haiti e projetos concluídos em Cabo Verde e Palestina, apenas para citar alguns exemplos.

Embora nenhum projeto da África do Sul esteja sendo financiado pelo Fundo IBAS, o continente Africano tem ganhado bastante com esta iniciativa. Dos 30 projetos do Fundo – contabilizando concluídos, aprovados e em andamento – a África corresponde a maior parcela do total de projetos, 40%. Além disso, o primeiro país a ser contemplado pelo Fundo IBAS foi um país africano, Guiné-Bissau.

Entre os membros da iniciativa, desde 2007 há acordos de cooperação na área cultural e de educação visando estreitar as trocas culturais e acadêmicas intragrupo. Além disso, em 2006 foi criada uma equipe de pesquisa de biocombustíveis e em 2010, uma equipe de pesquisa em recursos eólicos.

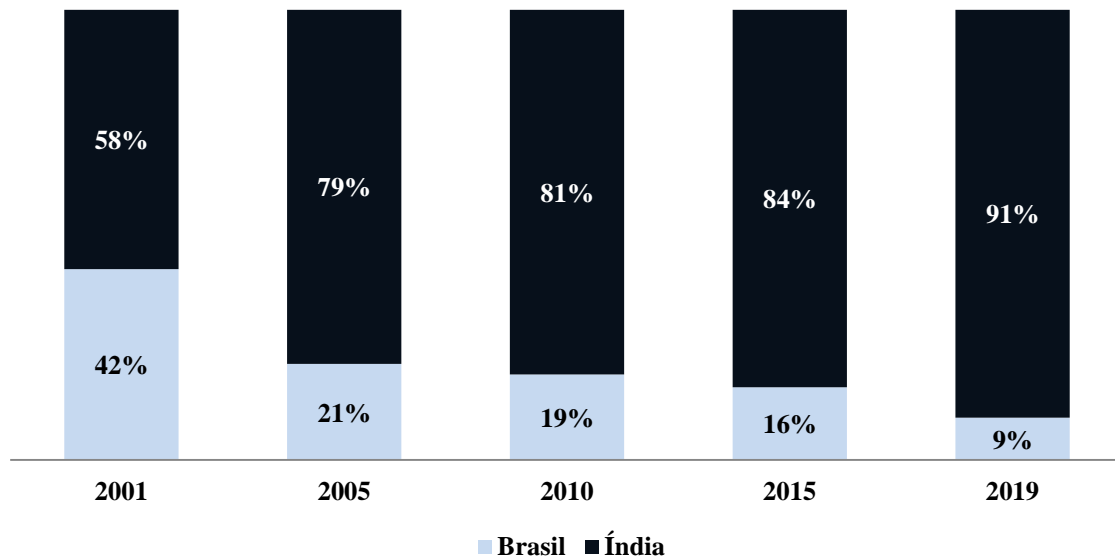
Com relação às trocas comerciais no IBAS, a balança comercial da África do Sul com a Índia foi deficitária 9 vezes entre 2001 e 2019, enquanto que com o Brasil não foi positiva em nenhum momento.

¹³ DISCURSO do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia da abertura da reunião ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/163-discursos-artigos-e-entrevistas/7818-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-cerimonia-da-abertura-da-reuniao-ministerial-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 01 set. 2020.

¹⁴ IBAS. **IBSA Fund**: list of projects. list of projects. Disponível em: http://www.ibsa-trilateral.org/images/List_of_IBSAProjects.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

Sobre as exportações sul-africanas para o IBAS, as vendas sempre foram maiores para a Índia. Ao longo dos anos ocorreu uma mudança percentual no destino das vendas com maior concentração para a Índia e menor para o Brasil – em 2001 a Índia correspondia à 58% enquanto que em 2019, à 91%. Esse movimento é mostrado no gráfico 9.

Gráfico 9: Exportações sul-africanas para o Brasil e Índia

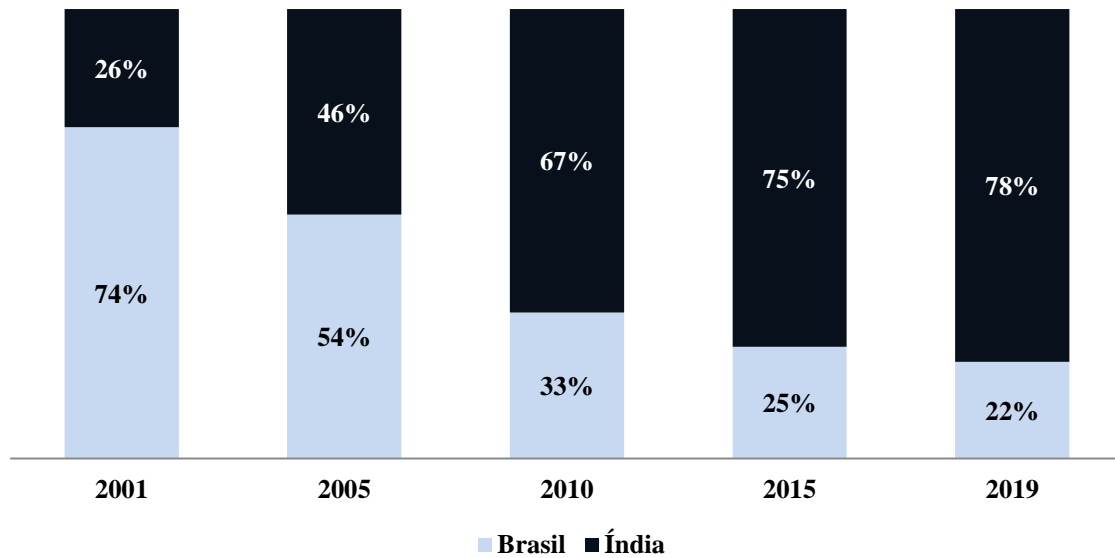


Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

As exportações para o Brasil são principalmente de artigos manufaturados – alumínio não ligado, produtos laminados de aço, dentre outros. Por outro lado, as vendas sul-africanas para a Índia, em 2019, corresponderam principalmente a combustíveis minerais e lubrificantes e materiais em bruto. Em 2001, essas duas seções somavam 32% enquanto que em 2009, corresponderam à 82%.

O gráfico 10 abaixo mostra o comportamento das compras dos dois países. Percebe-se uma inversão na origem das importações ao longo dos anos com perda de posição do Brasil e maiores compras da Índia.

Gráfico 10: Importações sul-africanas do Brasil e Índia



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

Quando analisamos a composição das importações, os dados revelam que a África do Sul tem importado essencialmente máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos e combustíveis minerais da Índia. Houve perda de participação de artigos manufaturas e produtos alimentícios. No que se refere às compras do Brasil, as importações corresponderam principalmente a produtos alimentícios em 2019. Houve perda de participação das compras de máquinas e equipamentos de transporte - 65% em 2001 e 17% em 2019.

FOCAC

Fórum fundado em outubro de 2000, o FOCAC é uma iniciativa formada por 53 países africanos e a China. A cooperação nasceu para ser uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento, fortalecer a cooperação econômica e comercial e estabelecer ordem mundial que reflita melhor os países africanos e a China¹⁵. A última reunião do grupo ocorreu em 2018, em Pequim.

Os laços diplomáticos entre a África do Sul e a China foram retomados em 1998 e desde então, só se estreitaram. Antes da última cúpula, Xi Jinping, presidente da China, enfatizou que o relacionamento entre os dois países excedeu o escopo bilateral e tem influência global e estratégica. Ramaphosa, presidente da África do Sul, na mesma ocasião afirmou que a relação entre os dois países foi firmada na igualdade, respeito e benefícios mútuos.¹⁶

¹⁵ FOCAC. **FOCAC mechanisms**. Disponível em: http://www.focac.org/eng/ltjj_3/ltjz/. Acesso em: 01 set. 2020

¹⁶ CGTN. **China-South Africa ties have global strategic impact**. 2018. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/3d3d514e774d544f79457a6333566d54/share_p.html. Acesso em: 01 set. 2020.

A iniciativa tem trazido muitos benefícios para os países membros. De acordo com documento da IV reunião do FOCAC, realizada em 2009¹⁷, a China concedeu isenção tarifária a 95% das exportações de países menos desenvolvidos da África. Além disso, há investimentos diretos para a construção de seis zonas de cooperação econômica e comercial em países como Zâmbia, Ilhas Maurício, Nigéria, Egito e Etiópia. Na ocasião da reunião do FOCAC em 2018¹⁸, a China anunciou U\$\$ 60 bilhões para a África divididos em doações e empréstimos sem juros, linhas de crédito, ajuda para desenvolvimento e financiamento de importações.

As trocas comerciais entre a China e a África têm se tornado cada vez mais intensas. Analisando os dados de comércio exterior, verifica-se que as exportações da China para o continente saltaram de U\$\$ 5,9 bilhões em 2001 para U\$\$ 113 bilhões em 2019. Com relação às importações chinesas, as mesmas saltaram de U\$\$ 4,7 bilhões para U\$\$ 95 bilhões no mesmo período.

As exportações chinesas para o continente são destinadas principalmente à África do Sul, Nigéria e Egito, com exceção de 2019 quando a China exportou mais para a Nigéria do que para a África do Sul. Não houve variação expressiva nos principais destinos de exportação. Sobre a sua estrutura, pode-se verificar que são diversificadas. Em 2019, os principais produtos vendidos pela China foram: equipamentos de telecomunicações com 4%, tecidos com 3,73%, calçados com 3,29% e máquinas e aparelhos elétricos com 2,48%.

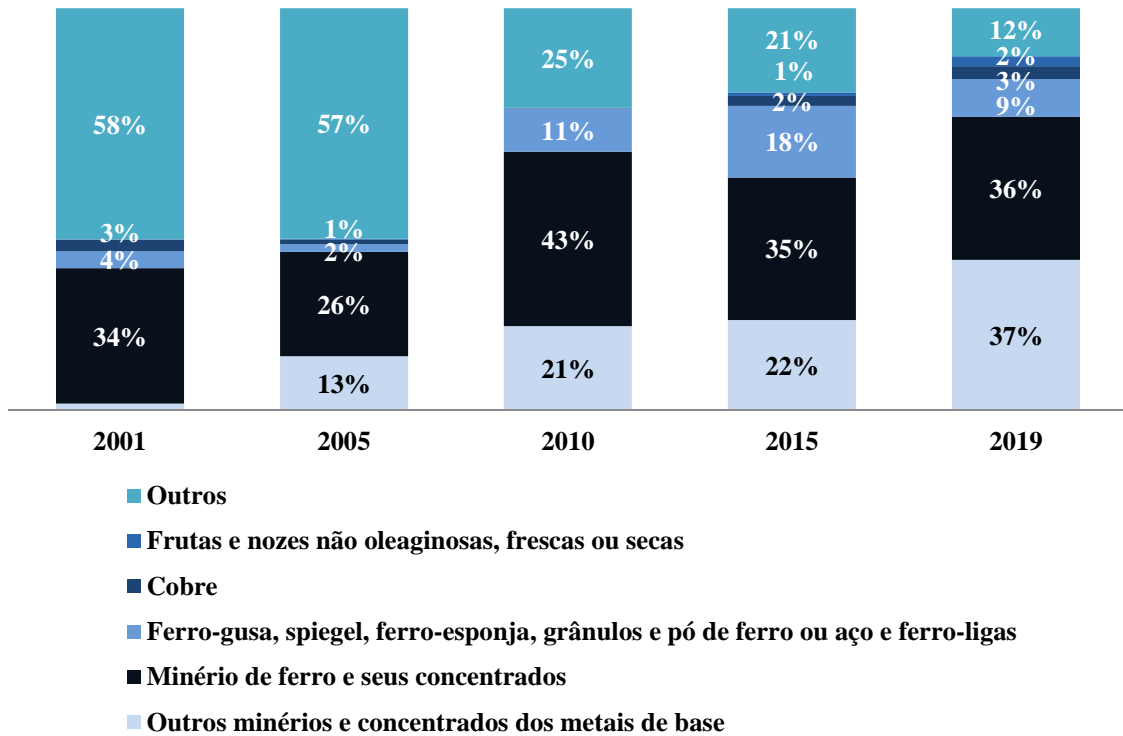
As importações chinesas do continente, por outro lado, são centradas em óleos brutos de petróleo desde 2001. Em 2019, a pauta importada pela China foi: óleos brutos de petróleo com 47%, outros minérios com 8%, seguidos por ouro e cobre com 6,49% e 5,67%. Os principais países de origem são África do Sul e Angola – a partir de 2011 o país sul-africano volta a ocupar a primeira posição e assim permanece até 2019.

Como a relação comercial da África do Sul com os países africanos foi analisada na seção da UA e dado que o país sul-africano tem, desde 2009, a China como principal destino e origem de suas exportações e importações para o mundo, cabe analisar a composição das mesmas.

¹⁷ FORUM on China-Africa cooperation sharm el sheikh action plan. 2009. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

¹⁸ XINHUA. **Full text of Chinese President Xi Jinping's speech at opening ceremony of 2018 FOCAC Beijing Summit**. 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/03/c_129946189.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

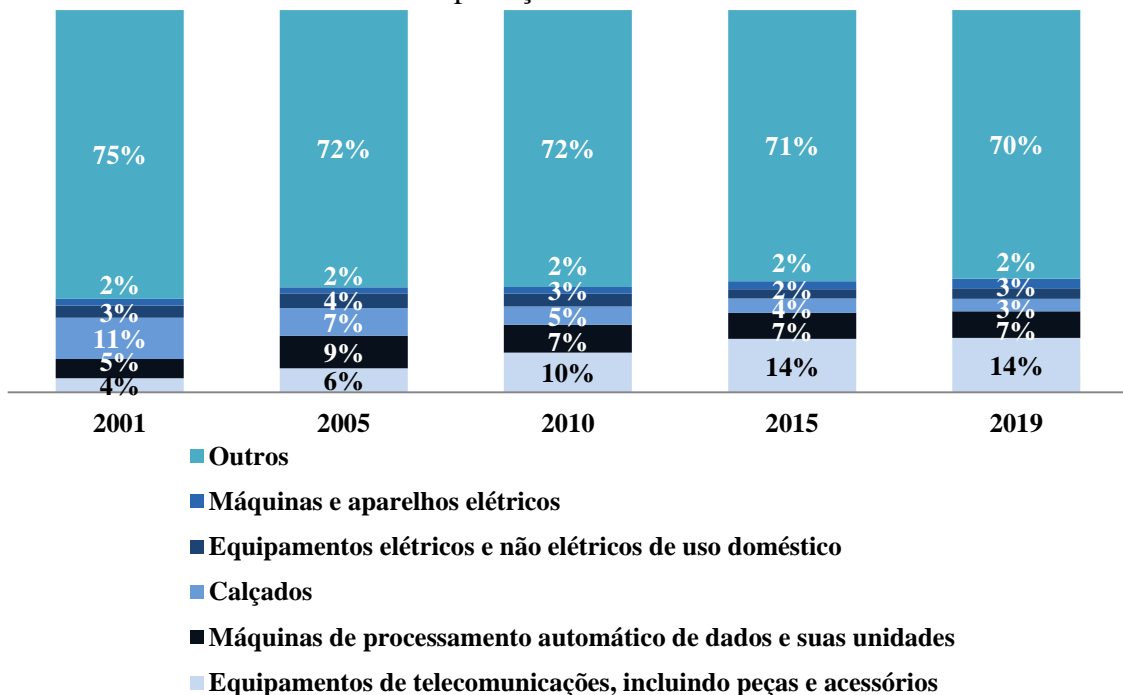
Gráfico 11: Exportações sul-africanas para a China



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

As exportações sul-africanas para a China saltaram de U\$\$ 461 milhões em 2001 para U\$\$ 9,6 bilhões em 2019. Quanto a pauta exportada, em 2001 os minérios correspondiam à 42% e em 2019 à 86%.

Gráfico 12: Importações sul-africanas da China



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

As compras sul-africanas da China também tiveram aumento expressivo entre 2001 e 2019, saltaram de U\$\$ 1 bilhão para U\$\$ 16,2 bilhões. Quanto à composição, houve aumento na importação de equipamentos de telecomunicações e elétricos e máquinas de processamento. Em contrapartida, houve diminuição nas compras de calçados.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION (IORA)

A visão desta cooperação se originou na visita do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, à Índia em 1995. A iniciativa possui 22 membros e objetiva fortalecer a cooperação regional e o desenvolvimento sustentável entre os países da região do Oceano Índico.¹⁹

Sendo o terceiro maior do planeta, o Oceano Índico permanece importante rota comercial internacionalmente. Com população aproximada de 2,7 bilhões de pessoas, os países da região são ricos em religiões, línguas, tradições e outros.

Os encontros ministeriais do grupo acontecem anualmente e a África do Sul teve a função de liderar a instituição de 2015 a 2016, quando foi substituída pelos Emirados Árabes Unidos.²⁰ As áreas de foco da instituição são: segurança marítima, investimento e comércio, gerenciamento de desastres, turismo e outros.

Em 2013, com apoio do governo da Malásia, a África do Sul desenvolveu a Operação Phakisa. O programa foca em 6 áreas prioritárias: transporte marítimo, exploração de petróleo e gás, aquicultura, proteção marinha, trabalho em portos e turismo. O Departamento de Meio Ambiente, Silvicultura e Pesca estima que as atividades marítimas sul-africanas podem contribuir com até 177 bilhões de rands para o PIB do país e criar entre 800 000 mil e 1 milhão de empregos diretos até 2033.²¹

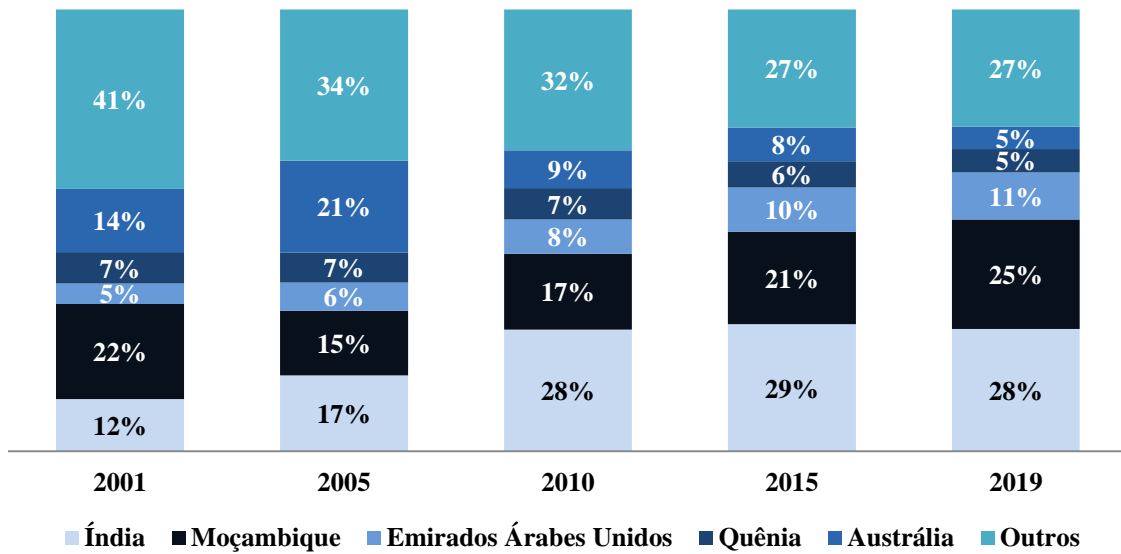
Abaixo será analisado o fluxo comercial da África do Sul com os países da região de 2001 até 2019.

¹⁹ INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **About IORA**. Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/about-iora>. Acesso em: 01 set. 2020.

²⁰ INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **IORA vice-chair**. Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/iora-vice-chair>. Acesso em: 01 set. 2020.

²¹ ENVIRONMENT FORESTRY & FISHERIES. **Operation Phakisa**: oceans economy. oceans economy. Disponível em: <https://www.environment.gov.za/projectsprogrammes/operationphakisa/oceanseconomy>. Acesso em: 01 set. 2020.

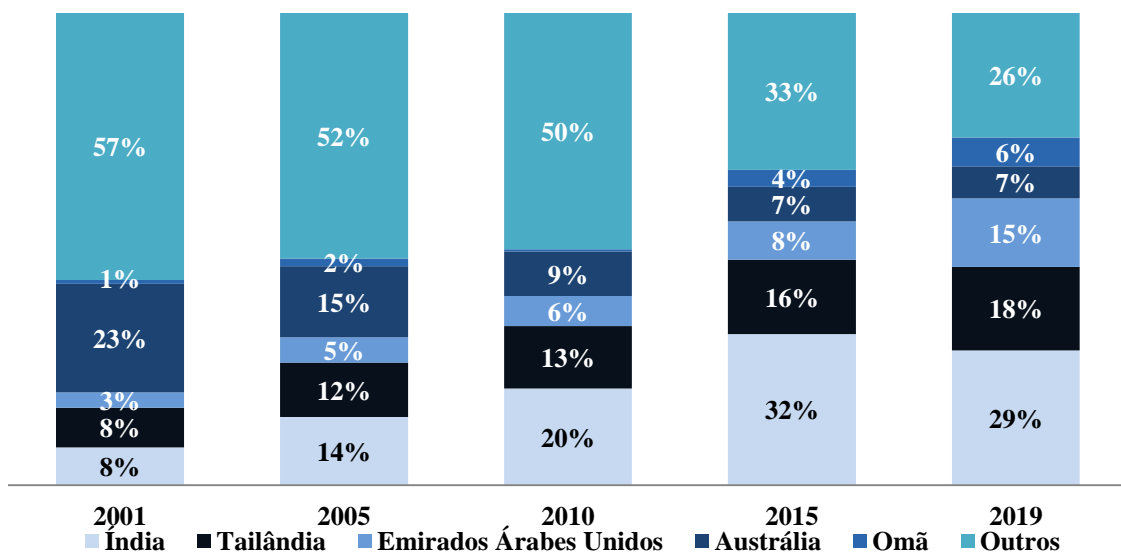
Gráfico 13: Principais destinos das exportações sul-africanas para a IORA



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

As exportações da África do Sul para os membros da IORA aumentaram no período analisado, embora o saldo da balança comercial tenha sido negativo na maioria das vezes. Em 2001, as vendas para a região correspondiam à US\$ 3,1 bilhões enquanto que em 2019, quase à US\$ 15 bilhões. A partir de 2007 a Índia passou a ser o principal demandante dos produtos sul-africanos. Em 2019, a exportação para os países do grupo foi concentrada em combustíveis minerais, artigos manufaturados e materiais em bruto. O último, em especial, aumentou de 7% em 2001 para 18% em 2019.

Gráfico 14: Principais origens das importações sul-africanas da IORA



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

Com relação às importações da região, a partir do gráfico 14 pode-se perceber um aumento na participação da Índia – principal origem a partir de 2006 –, Tailândia e Emirados Árabes Unidos.

No mesmo período houve redução nas importações da Austrália. Sobre a pauta importada, de 2001 a 2019, correspondeu a combustíveis e lubrificantes, máquinas e equipamentos de transporte e produtos químicos.

G77 e G20

No âmbito das Nações Unidas há dois grupos bem relevantes no cenário internacional, o G77 e o G20. O primeiro consiste na maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento para promoção da cooperação sul-sul. Atualmente o grupo conta com 134 membros, que recebem ajuda para suas atividades econômicas e técnicas através do fundo *Perez Guerrero Trust Fund*, que foi estabelecido pelas Nações Unidas.²²

O G20 é outro grupo dentro das Nações Unidas no qual a África do Sul faz parte. Participar de um foro como este mostra-se relevante dado que o mesmo reúne as principais economias mundiais de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com a crise de 2008 e dada a dificuldade dos países centrais em superá-la, houve maior importância aos países emergentes e as questões discutidas. Agora, a agenda do grupo corresponderia à questões de política fiscal e monetária assim como questões de infraestrutura, regulação financeira, arquitetura financeira internacional, socioeconômicas, dentre outras. Em 2020 organizações regionais também são convidadas a participar do foro de discussão, é o caso da UA e da NEPAD.²³

BRICS

O BRICS é um acrônimo que corresponde aos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No entanto, quando o termo foi criado em 2001 por Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs naquele momento, a África do Sul não estava entre os países que, segundo o artigo publicado, passariam a ser as principais economias mundiais até 2050. Assim, até a entrada do país sul africano, o grupo chamava-se BRIC (THORSTENSEN, 2012).

Diante da popularidade do termo, oportunidade de parcerias mútuas e o reconhecimento do descompasso entre as antigas governanças e a nova realidade em curso, o grupo foi formado e o termo originário do mercado financeiro sobrepunha tal origem. Desde sua formação, o grupo se expandiu em número e áreas de atuação, já realizou dez encontros formais e ganhou mais visibilidade internacionalmente. O primeiro encontro de discussão do BRIC ocorreu em 2006. Em 2009, aconteceu oficialmente a primeira Cúpula do Grupo. Nessa ocasião, os países reconheceram o

²² G20. **What is the G20?** Disponível em: <https://g20.org/en/about/Pages/whatis.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

²³ G20. **G20 participants.** Disponível em: <https://g20.org/en/about/Pages/Participants.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

papel central do G20 e a implementação de suas decisões assim como clamaram pela reforma das instituições financeiras e da ONU para ser mais eficiente e lidar melhor com os problemas globais (THORSTENSEN, 2012).

A entrada da África do Sul no BRIC ocorreu em 2011 e correspondeu a grande conquista de política externa para o país que, antes de sua entrada no grupo, promovia esforços diplomáticos junto aos outros países membros. Oliver Stuenkel (2017), pesquisador de relações internacionais, lista em seu livro alguns desses esforços: carta escrita aos participantes da primeira cúpula do BRIC pedindo entrada no grupo e visita do presidente sul-africano à China acompanhado de representantes da área comercial e ministros.

Com a entrada da África do Sul, o BRICS ganhou viés político ainda mais forte. Agora na cooperação sul-sul estava representada a África (África do Sul), América Latina (Brasil), Ásia (China e Índia) e as chamadas economias em transição (Rússia) (RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F., 2012). Além disso, o continente Africano e suas instituições ganharam maior importância internacional. O país sul africano foi sede da Convenção sobre Mudanças Climáticas, a UA e NEPAD recebem apoio e são reconhecidas como instituições que buscam industrializar e desenvolver o continente, assim como contribuir para a paz e resolução de conflitos.

Para lidar melhor com problemas de financiamento, em 2014, na ocasião da VI Cúpula do BRICS, os países membros resolveram criar seu próprio banco de investimento com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento foi assinado nessa mesma reunião e o banco teve capital inicial autorizado de U\$\$ 100 bilhões com capital inicial subscrito de U\$\$ 50 bilhões, divididos igualmente entre os membros fundadores e pago em 7 parcelas.²⁴

O diferencial do Novo Banco de Desenvolvimento é a agilidade na oferta de financiamento – tempo menor de aprovação. Em 2016, o NDB foi a primeira instituição financeira internacional a emitir “títulos verdes”,²⁵ na China, direcionando os recursos aos projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

Os primeiros projetos financiados pelo Banco ocorreram em abril de 2016. Todos os países do BRICS tiveram projetos aprovados nesse mesmo ano. A aprovação do projeto da África do Sul

²⁴ **BPC POLICY BRIEF.** Bpc, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/>. Acesso em: 01 set. 2020.

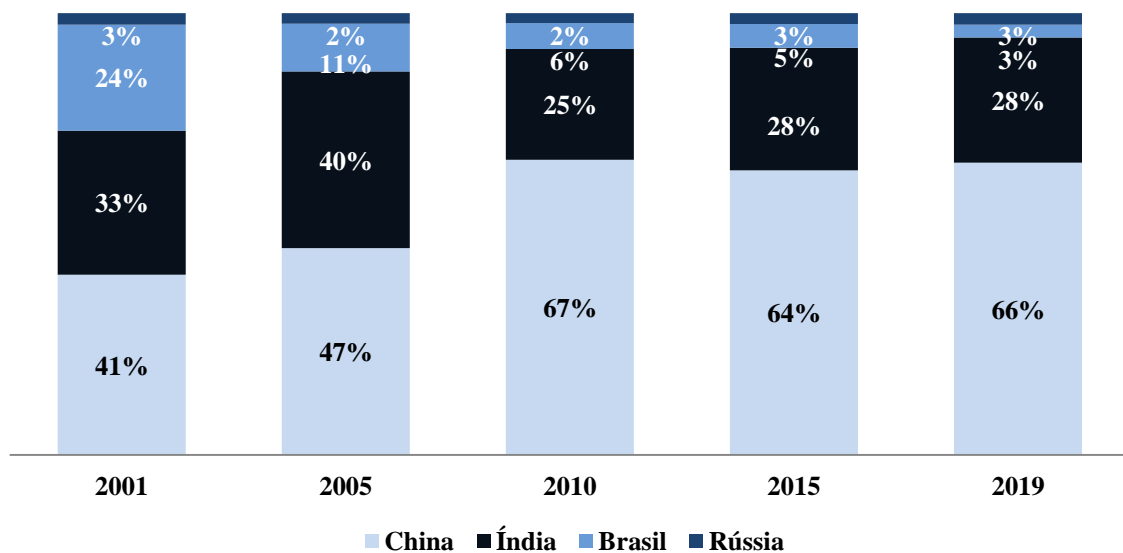
²⁵ O NOVO Banco de Desenvolvimento do BRICS. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>. Acesso em: 01 set. 2020.

ocorreu em 16 de abril de 2016. O valor do empréstimo sul-africano foi de U\$\$ 180 milhões e o projeto visava desenvolver infraestrutura para gerar 500 megawatts de energia renovável.²⁶

Em consulta à página do ministério das relações exteriores do Brasil²⁷, verifica-se que, na mesma ocasião da VI Cúpula, também foi assinado um tratado para o estabelecimento de um Arranjo de Contingente de Reservas dos BRICS com dimensão inicial de U\$\$ 100 bilhões. Esse contingente teria efeitos positivos em termos de precaução pois ajudaria os países a lidar melhor com pressões por liquidez de curto prazo, fortaleceria a cooperação e a rede financeira de segurança, além de complementar o arranjo internacional já existente.

Com relação às trocas comerciais entre a África do Sul e os outros membros do BRICS, vejamos os gráficos a seguir.

Gráfico 15: Exportações sul-africanas para o BRIC



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

Antes de integrar o BRICS, a partir de 2011, a África do Sul já mantinha relações comerciais com os países membros. As exportações para o grupo aumentaram entre 2001 e 2019. Em 2001 as exportações correspondiam à U\$\$ 1,1 bilhões enquanto que em 2019, à U\$\$ 14,5 bilhões. Embora as vendas tenham crescido em volume, a análise da taxa de variação revela que na maior parte do período analisado a mesma teve tendência decrescente.

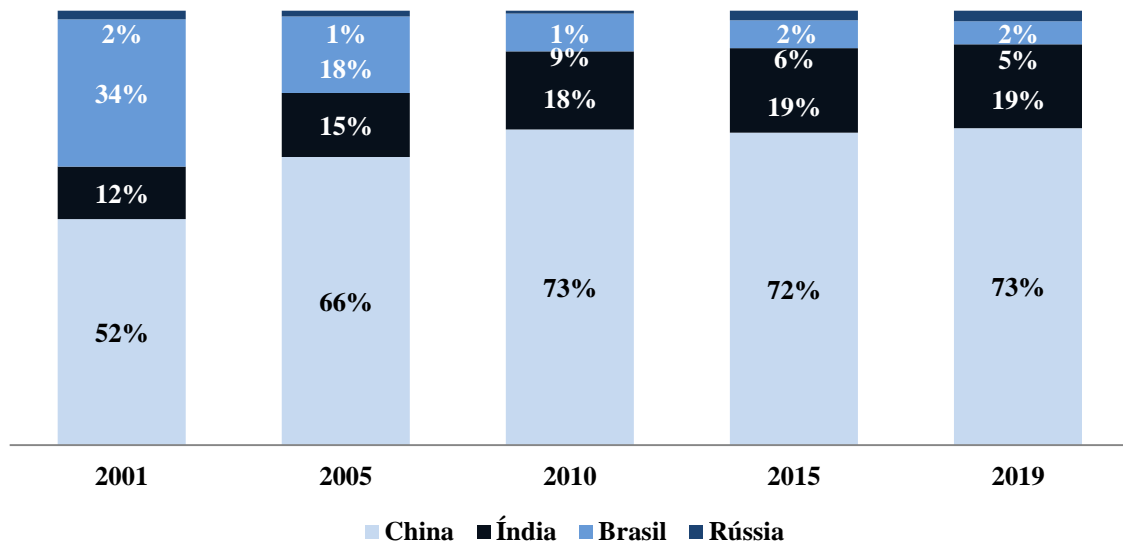
A partir do gráfico 15 pode-se verificar que a participação da China nas exportações sul-africanas para o grupo cresceu, Índia e Rússia não tiveram variação expressiva e que o Brasil

²⁶ NEW DEVELOPMENT BANK. **Approved projects**. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/approved-projects/>. Acesso em: 01 set. 2020.

²⁷ VI CÚPULA BRICS: declaração de Fortaleza. declaração de Fortaleza. 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>. Acesso em: 01 set. 2020

perdeu *market share*. As exportações corresponderam, em 2019, principalmente a materiais em bruto – minério de ferro, manganês, cromita, dentre outros. As outras vendas corresponderam a combustíveis minerais e artigos manufaturados. Não se pode inferir variação na pauta de exportação a partir da entrada da África do Sul no agrupamento.

Gráfico 16: Importações sul-africanas do BRIC



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Trade Map

As importações sul-africanas do BRIC também cresceram em volume entre 2001 e 2019. Em 2001, correspondiam à U\$ 2 bilhões enquanto que em 2019, à U\$ 22,3 bilhões. A taxa de variação das importações de todo o período não teve tendência ascendente.

O gráfico 16 mostra um aumento no percentual importado da China que cresce de 52% em 2001 para 73% em 2019. As importações da Índia também aumentam no período enquanto as do Brasil diminuem e as da Rússia praticamente se mantiveram constantes. A pauta importada desses países é composta de máquinas e equipamentos de transporte, artigos manufaturados e obras diversas, dentre outros.

A pauta importada dos BRIC também não se alterou após a entrada do país sul-africano no grupo. Além disso, ao comparar a pauta exportada e importada do grupo, ficou evidente que a África do Sul exporta principalmente commodities e importa bens de maior valor agregado.

3.3 ANÁLISE DAS INICIATIVAS

A partir do conhecimento de como a África do Sul e o continente africano se encontravam na última década do século XX, fica evidente que houve muitos avanços em diferentes áreas. O protagonismo sul-africano na reinserção e desenvolvimento de iniciativas econômicas foi fundamental para enfrentar desafios históricos.

Como visto na seção das iniciativas internas, a África do Sul faz parte da UA, NEPAD Agency e da SADC. Essa é uma iniciativa regional enquanto a UA e NEPAD são continentais. Ambas iniciativas continuam ativas, porém a União Africana e a NEPAD têm maior visibilidade internacional. Um exemplo disso é o convite do G20 – principal fórum de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – para que essas iniciativas participem do foro do ano de 2020. Além disso, as mesmas também são citadas e recebem apoio nas discussões do BRICS.

Para a África do Sul e outras nações africanas é fundamental participar de organizações como essas, dado que se agirem dispersamente ficam fragilizadas e são facilmente submetidas às políticas econômicas globais defendidas pelos países industrializados. Ademais, é uma grande oportunidade de representar os anseios africanos e receber apoio para projetos.

Algumas críticas são levantadas contra a UA, NEPAD e SADC. Argumenta-se que a SADC depende de doações do FMI e principalmente da União Europeia e que muitos problemas estão além da capacidade de resolução da África do Sul que também não tem recursos próprios para solucioná-los. No entanto, é importante entender que o país sul-africano não se propõe a resolver os problemas da região, mas cooperar com as outras nações para que se desenvolvam. Um exemplo disso são projetos que contribuem para conectar países como, por exemplo, a reforma do posto que integra a África do Sul e o Zimbábue (SANTOS, 2019).

Crítica semelhante é direcionada à NEPAD afirmando que a maioria dos países da iniciativa são pobres e que a sua atuação corresponde à racionalidade econômica do FMI e do Banco Mundial, considerados responsáveis pelas mazelas do continente. Argumenta-se que oficialmente a NEPAD é uma iniciativa voltada a ajudar a população africana e o continente contra o subdesenvolvimento e exclusão em um mundo global. No entanto, o que os líderes da instituição fazem é forjar parcerias com países ricos e instituições financeiras que querem a África com regime de livre comércio e preservando as proteções dadas as suas empresas (BOND, 2005).

Infelizmente essas iniciativas não correspondem, na sua totalidade, a mecanismos alternativos à ajuda tradicional. Embora tentem e desenvolvam ajudas bilaterais ou regionais, os países precisam de empréstimos de organizações internacionais como o FMI e Banco Mundial e de investimentos de países fora do continente.

IBAS e BRICS são duas outras iniciativas nas quais a África do Sul faz parte. O BRICS tem muito mais visibilidade no cenário internacional do que o IBAS; portanto, para alguns teóricos, essa iniciativa teria menos força para pressionar organismos multilaterais.

A África do Sul ingressou no BRIC em 2011, mesmo havendo candidatos com melhor desempenho econômico entre 2001 e 2010, caso do México e Nigéria (RIBEIRO; MORAES, 2012). Esse fato indica que a escolha do país para o grupo não foi puramente econômica e que o continente africano precisava estar representado entre as economias emergentes por um país com histórico de liderança.

Quando analisamos os documentos resultantes das cúpulas do BRICS, percebe-se uma importância crescente da África do Sul e do continente africano. Na primeira cúpula não há nenhuma citação enquanto na segunda, o BRIC pediu à comunidade internacional esforços no combate à pobreza em países menos desenvolvidos e países africanos. A partir de 2011, ano de entrada da África do Sul no grupo, tratou-se de paz, metas do milênio e desenvolvimento de infraestrutura na África. A NEPAD já é citada nessa primeira reunião.²⁸

O BRICS apoia a agenda 2063 da África,²⁹ possui uma rede de inovação e um programa de pesquisa em tuberculose. A África do Sul traz visibilidade para o continente africano e tem acesso a esses projetos ao fazer parte dessa cooperação.

O BRICS se diferencia dos mecanismos tradicionais de assistência por possuir um banco de desenvolvimento próprio com recursos iguais dos países membros, por ser administrado pelos integrantes e possuir regra própria de avaliação de projetos.

O IBAS teve desde o início uma atuação mais pragmática do que o BRICS. Com uma ideia bem clara de ser uma iniciativa complementar à ajuda tradicional norte-sul, tem desenvolvido muitos projetos em economias de menor desenvolvimento relativo.

IBAS e BRICS expandiram suas áreas de atuação desde a primeira cúpula. Ambas possuem demandas semelhantes com relação às instituições internacionais como, por exemplo, a reforma do conselho de segurança da ONU e a revisão das cotas do FMI. O que indica que as duas têm caráter reformista ao reconhecerem organizações internacionais como Banco Mundial e FMI e buscarem maior representatividade de suas economias e do mundo em desenvolvimento.

Em 2019, aconteceu a 11ª Cúpula do BRICS e mesmo após dez anos de reivindicação, os países continuam demandando a reforma do sistema multilateral incluindo a ONU, a OMC, o FMI e outras organizações internacionais, para torná-las mais inclusivas, democráticas e representativas de

²⁸ DECLARAÇÃO de Sanya: reunião de líderes do BRICS. reunião de líderes do BRICS. 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2569-declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>. Acesso em: 01 set. 2020.

²⁹ X cúpula dos BRICS: declaração de Joanesburgo. declaração de Joanesburgo. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19236-x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles>. Acesso em: 01 set. 2020.

seus anseios.³⁰ Alguns autores argumentam que os membros do BRICS possuem contradições internas vindas de diferentes interesses que impedem que a iniciativa tenha maior protagonismo na reforma das instituições (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Outra iniciativa externa é o FOCAC, parceria entre a China e 53 países africanos. A China tem se mostrado um *player* cada vez mais atuante no continente. O país afirma realizar empréstimos bilionários sem condicionalidades, além de investimentos e isenções tarifárias a todo o continente.

O alto fluxo de empréstimos chineses à África é alvo de críticas. Dados da iniciativa de pesquisa *China-Africa Research Initiative*³¹ mostram que os empréstimos aumentaram de menos de 1 bilhão de dólares em 2000 para cerca de 30 bilhões em 2016 e que a assistência fluiria para as regiões ricas. Quando analisamos o investimento direto chinês na África, os números também impressionam: cerca de U\$\$ 1 bilhão em 2004 e U\$\$ 40 bilhões em 2016. Nesse mesmo ano, o banco do BRICS teve o seu primeiro pacote de empréstimo totalizando U\$\$ 811 milhões entre Brasil, Índia, China e África do Sul.

Quando analisamos o *World Investment Report* da UNCTAD, percebe-se o ganho de *market share da China* na lista dos dez principais investidores no continente africano. Em 2010, a China ocupava a sétima posição com U\$\$ 13 bilhões de estoque de investimento estrangeiro direto na África enquanto em 2018, a quinta posição com U\$\$ 46 bilhões. Dentre os investidores desse último ano, a China estava atrás de países como França, Reino Unido e EUA, nessa respectiva ordem.

O trabalho de GARCIA (2018) apresenta os setores dos investimentos chineses na África do Sul de 2006 a 2018. A principal área foi a financeira com 29%, seguida pelo de desenvolvimento com 24% e comercial com 16%. Na seguinte ordem, seguem os outros setores: metais com 14%, imobiliário com 6%, transporte com 6%, energia com 3% e tecnologia com 2%.

Dentre todas as iniciativas vistas ao longo deste capítulo, pode-se destacar três como as mais relevantes para o continente africano e para a África do Sul. São elas: OUA, FOCAC e BRICS. A primeira tem importância estratégica pela abrangência – participação de todos os países africanos – e visibilidade internacional que possibilita buscar e atrair investimentos. A segunda é estratégica pela importância que a China tem tomado no cenário internacional como demandante de bens que os países africanos têm em abundância – recursos naturais – e investidor. O BRICS torna-se importante para a África do Sul por diminuir a dependência de recursos externos através do seu

³⁰ XI CÚPULA do BRICS: declaração de Brasília. declaração de Brasília. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21083-declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics>. Acesso em: 01 set. 2020.

³¹ CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE. **Interactive database of chinese loan commitments to african governments**. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data>. Acesso em: 01 set. 2020.

próprio banco de investimentos, por ser formado por economias que despontam como as do futuro e pela pressão nos organismo multilaterais.

Ao analisar a participação da África do Sul em diferentes iniciativas, pode-se perceber a importância crescente que a China tem tido na economia sul-africana. A partir de 2009, as exportações e importações são principalmente para a China e somando os IED chineses para a África de 2003 a 2018, a África do Sul aparece como principal destino. Somado a isso, o BRICS desponta como principal fórum de cooperação internacional entre a China e a África do Sul pelo comércio, investimento, banco próprio de financiamento e pressão por participação nas organizações internacionais. Sendo assim, o próximo capítulo terá como objetivo analisar criticamente as iniciativas chinesas na África do Sul no âmbito do BRICS.

4 INICIATIVAS CHINESAS NA ÁFRICA DO SUL NO ÂMBITO DO BRICS

A partir da análise das iniciativas de cooperação nas quais a África do Sul faz parte, pode-se perceber a importância do BRICS e, em particular, da China, que passou a ser o principal parceiro comercial desde 2009 e maior investidor entre 2003 e 2018. Por isso, o objetivo deste capítulo é analisar algumas das iniciativas chinesas na África do Sul no âmbito do BRICS.

Antes da análise das iniciativas, é importante deixar clara a definição de “âmbito do BRICS”: entende-se os acordos de parcerias firmados nas cúpulas do fórum, cooperações que têm documentos oficiais de entendimento entre a China e o Banco de Desenvolvimento do BRICS e investimentos financiados indiretamente pela China na África do Sul através do NDB.

Além do esclarecimento acima, para melhor analisar as iniciativas é relevante entender que os projetos desenvolvidos pela China na África do Sul estão diretamente ligados à estratégia de projeção internacional chinesa. Nesse contexto, identificar a forma de inserção e suas características é ponto chave na análise.

A partir de 2002, o governo central chinês criou uma série de incentivos para que suas empresas investissem em países e setores selecionados. Para suprir a demanda futura por recursos minerais, usando sua capacidade produtiva e *know-how* acumulado de indústrias nacionais, especialmente da área de infraestrutura, a China buscou consolidar uma rede internacional de fornecimento de matérias primas contando com importações da Austrália, Brasil, Indonésia, Rússia e países da África (THORSTENSEN *et al.*, 2012).

Essa estratégia de internacionalização chinesa é chamada de *Going Outside*³², política que começou a ser posta em prática no início do século XXI, mas que pode ser entendida como a continuação de um projeto que remete a 1979 - quando Deng Xiaoping, ex-líder político da República Popular da China, buscou integrar o país à economia mundial. O termo apareceu em 1999 como diretriz para o 10º Plano Quinquenal Chinês.

De acordo com Ouyang (2017), há três características que definem a política externa chinesa. São elas: realismo e pragmatismo político, política externa como reflexo das questões internas e não intervencionismo e neutralidade política. Essas propriedades permitiram a conveniência para a cooperação com países de diferentes sistemas políticos e ideologias.

³² RONGJI, Zhu. **Report on the outline of the tenth five-year plan for national economic and social development**. 2001. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Special_11_5/2010-03/03/content_1690620.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

Há muitas iniciativas chinesas sendo desenvolvidas na África do Sul, porém este trabalho analisará cinco em especial: *Belt and Road Initiative (BRI)*, *John Dube New City Project*, *Musina-Makhado Special Economic Zone*, *Durban Container Terminal Berth Reconstruction Project* e *Lesotho Highlands Water Project Phase II*.

O critério para o destaque das iniciativas foram: o BRI é considerado um dos mais ambiciosos projetos de infraestrutura intercontinental já concebido; John Dube New City Project é desenvolvido sob a administração do BRI na África do Sul; a ZEE de Musina-Makhado por ser recente em relação a outras e ser financiada principalmente por capital chinês; e Durban Terminal e Lesotho's Project pela importância estratégica para a região em que estão localizados.

BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)

No final de 2013, a China anunciou um programa de construção de infraestrutura para conectar as províncias chinesas a outros países. O projeto possui origem em uma versão anterior e histórica que possibilitou o comércio entre diferentes reinos dos séculos passados. A iniciativa corresponde à construção de um cinturão econômico da Rota da Seda terrestre e marítima do século XXI, juntas denominadas de *One Belt One Road*. Posteriormente, o programa passou a ser divulgado como *Belt and Road Initiative* (JUNQUEIRA, 2018).

O BRI objetiva conectar o interior subdesenvolvido da China à Europa através da Ásia Central e construir uma estrada de seda marítima que conecte a região de rápido crescimento econômico, o Sudeste Asiático, assim como o sul da Ásia, à costa oriental africana e o mar Mediterrâneo as províncias do sul da China por meio de linhas de comunicação marítimas, portos e ferrovias.

Os projetos conectam novas e antigas estradas, ferrovias, oleodutos e gasodutos e estão principalmente relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura em transporte, energia, mineração, turismo e outros. Dados do Banco Mundial³³ estimam que os projetos de transporte podem reduzir o tempo de viagem em 12%, aumentar o fluxo comercial de 2,7% a 9,7%, aumentar a renda em até 3,4% e tirar 7,6 milhões de pessoas da extrema pobreza.

A China está sempre incluindo o BRI em diferentes fóruns, especialmente no FOCAC e no BRICS. O banco de desenvolvimento do último (NDB) é uma das instituições financiadoras da iniciativa. Em 2017, o ministério das finanças da China juntamente com outras instituições

³³ THE WORLD BANK. **Belt and road initiative**. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em: 01 set. 2020.

financeiras, entre elas o NDB, assinaram documento oficial de cooperação com o BRI. O memorando possui validade de 5 anos podendo ser renovado pelas partes interessadas³⁴.

A África do Sul, nesse contexto, fornece às empresas chinesas oportunidades de investimentos em indústria, energia renovável e outros que estão alinhados com as diretrizes do BRI. Em 2015, em visita presidencial de Xi Jinping ao país sul-africano, foram assinados 26 acordos no valor de 94 bilhões de rands. Esses acordos abrangem projetos de energia nuclear, cooperação marítima, circulação de pessoas entre os dois países, saúde, parques científicos, empréstimo, suporte de seguros, dentre outras áreas³⁵.

Desde 2017, há o Projeto John Dube New City na região de Duduza, uma favela na África do Sul, sob a administração da iniciativa BRI. O projeto visa construir 18 000 casas a preços acessíveis e outros estabelecimentos. A empresa *China Minsheng Drawin Technology Group* investirá U\$\$ 1.22 bilhões no projeto nos próximos 10 anos³⁶.

O projeto de infraestrutura e emprego é importante para a região pois ajudará pessoas em situação miserável e desempregadas. A iniciativa foi projetada para utilizar 95% de mão de obra local. Dados do *Statistics South Africa* mostram que a província de Gauteng, onde o projeto se localiza, teve a 4ª maior taxa de desemprego (28,9%) entre as 9 províncias da África do Sul entre janeiro e março de 2019. Assim, a iniciativa pode contribuir para a mudança desse cenário.

Com relação à *Belt and Road Initiative*, há uma série de riscos de acordo com o Banco Mundial: dívida, corrupção, infraestruturas não terminadas, risco ambiental e social³⁷. Além desses, pela grandeza do projeto, há um ceticismo no que diz respeito à neutralidade política e não intervencionismo por parte da China. Isso se justifica na medida em que o país ganha importância no cenário internacional, como é o caso na África do Sul. Principal parceiro comercial, maior investidor, idioma presente nas escolas, maior investimento já realizado no setor financeiro em um banco do país: cada vez mais fica difícil para a China manter o discurso de neutralidade na relação com o país sul-africano.

³⁴ SOUTH AFRICAN GOVERNMENT. **Memorandum of understanding**. Disponível em: https://www.gov.za/search?search_query=memorandum+of+understanding.. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁵ SOUTH AFRICAN GOVERNMENT. **Government signs 26 agreements worth R94 billion with China**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.za/speeches/government-signs-twenty-six-agreements-worth-r94-billion-china-2-dec-2015-0000>. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁶ CMIG. **CMIG drawin launches first prefabricated construction project in South Africa**. 2017. Disponível em: <https://www.cm-inv.com/en/companyNews/951.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁷ THE WORLD BANK. **Belt and road initiative**. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em: 01 set. 2020.

Outra crítica diz respeito ao crédito barato e sem as condicionalidades exigidas pelo ocidente. Ronak Gopaldas, consultor do *Institute for Security Studies*, sugere que os países africanos caminham para uma armadilha de endividamento na relação com a China. Para isso, utiliza como exemplo a Sri Lanka que, após não conseguir honrar com o pagamento da dívida, foi forçada a renunciar o controle majoritário sobre um de seus portos em 2017³⁸.

MUSINA-MAKHADO SPECIAL ECONOMIC ZONE

Uma Zona Econômica Especial (ZEE) é uma região com legislação tributária diferente do restante do país e deve ser considerada território estrangeiro para fins de operações comerciais, direitos e tarifas. A China empreendeu amplo processo de criação de ZEEs em seu território no período de abertura e reforma econômica. As ZEEs contribuem para a promoção dos produtos de origem chinesa e a sua venda evitando pesadas barreiras impostas à China na remessa de seus produtos para o exterior (RIBEIRO, 2013)

A iniciativa de criação de ZEEs africanas começou em 2006 quando o governo chinês anunciou que apoiaria a criação de 50 zonas de cooperação econômica e comercial na África. Na África do Sul, a Zona Econômica Especial de Musina-Makhado foi projetada em 2016 e está estrategicamente localizada próximo à fronteira do país com o Zimbábue. Foi desenvolvida com a finalidade de trazer investimentos, crescimento e empregos para a região³⁹.

De acordo com o departamento de comércio e indústria da África do Sul, o projeto de Musina-Makhado prevê uma estação de energia, carbonização e outras unidades industriais. Os bens produzidos serão destinados para o mercado doméstico e exportação. Quanto aos empregos, a China só poderá prover a mão de obra necessária quando as habilidades requeridas não estiverem disponíveis no país. Em 2019, o primeiro ministro da província de Limpopo, onde o projeto se localiza, afirmou que mais de 21.000 postos de trabalho seriam criados pela iniciativa (ACCEDE, 2019)

A ZEE Musina-Makhado é financiada principalmente por investimento chinês. Em 2018, a agência de desenvolvimento econômico de Limpopo assinou acordo com 9 empresas chinesas para investimentos de mais de US\$ 10 bilhões na iniciativa da região. No mesmo ano, a África do Sul reafirmou suporte para a zona econômica aprovando tratamento especial de impostos (ACCEDE, 2019).

³⁸ INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. **Lessons from Sri Lanka on China's 'debt-trap diplomacy'**. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/lessons-from-sri-lanka-on-chinas-debt-trap-diplomacy>. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁹ ACCEDE & FES policy working paper no.2. Disponível em: <https://accede.co.za/2019/11/26/accede-fes-policy-working-paper-no-2/>. Acesso em: 01 set. 2020

As ZEEs na África do Sul são iniciativas reconhecidas pelo G20, BRICS e Sul Global (incluindo o FOCAC e a AU) como importante instrumento para garantir conexão global, industrialização tecnológica apropriada e ascensão às cadeias globais de valor (ACCEDE, 2019).

Embora a iniciativa tenha o potencial de industrialização e de geração de emprego e renda, algumas organizações ativistas como a *Mining Affected Communities Unite in Action* e a *Women Affected by Mining Unite in Action* foram formadas para alertar comunidades sobre os impactos das atividades mineradoras na região. Argumenta-se que a zona econômica de Musina-Makhado é uma forma de exploração ambiental e econômica de uma região já caracterizada por escândalos de corrupção e administração econômica fraca (ACCEDE, 2019).

Com relação ao meio ambiente, a iniciativa é anunciada como sustentável, contudo há atividades ligadas à zona econômica que são intensivas em carvão. Além disso, a iniciativa mostra a necessidade da criação de um espaço de diálogo com as comunidades locais, dado que há críticas quanto ao desconhecimento dos projetos implementados e falta de transparência na prestação de contas. Por exemplo, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para a zona 2 foi concluído sem o conhecimento da maioria das comunidades locais.

INVESTIMENTOS INDIRETOS DA CHINA NA ÁFRICA DO SUL

Nesta seção serão analisados dois investimentos indiretos realizados pela China na África do Sul através do banco do BRICS. São eles: *Durban Container Terminal Berth Reconstruction Project* e *Lesotho Highlands Water Project Phase II*.

Em 2018 foi aprovado um empréstimo no valor de U\$\$ 200 milhões a empresa sul-africana *Transnet State Owned Company Ltd* para a reconstrução do complexo portuário de Durban, na África do Sul. O projeto de infraestrutura de transporte tem custo total estimado em U\$\$ 643 milhões e a iniciativa será implementada até 2026⁴⁰.

O porto de Durban é considerado a porta de entrada para o continente africano e representa 65% da produção de containers na África do Sul. O projeto para a região prevê o fortalecimento da capacidade do porto e melhoria na competitividade ao modernizar as operações e desenvolver infraestrutura que atenda as tendências globais na indústria portuária.⁴¹

⁴⁰ DURBAN container terminal berth reconstruction project. 2018. Disponível em: <https://www.ndb.int/transnet-south-africa/>. Acesso em: 01 set. 2020.

⁴¹ DURBAN container terminal berth reconstruction project. 2018. Disponível em: <https://www.ndb.int/transnet-south-africa/>. Acesso em: 01 set. 2020.

A modernização do porto de Durban também prevê benefícios para as comunidades locais, como a geração de empregos, aumento na demanda para as empresas da região e benefícios para a comunidade pesqueira devido o aprimoramento ecológico do projeto.

Apesar dos aparentes benefícios da iniciativa, Mbangula, D'Sa, D., Toussaint, Thompson e Bond (2018) têm críticas quanto a mesma. De acordo com os autores, o complexo corresponde à atividades poluentes e a expansão do porto não foi acompanhada de análises adequadas. Além disso, se formou um movimento de resistência (a Aliança Ambiental Comunitária do Sul de Durban) que vem denunciando os impactos ambientais, sociais e de saúde sobre a comunidade vizinha ao porto.

O segundo projeto aqui analisado será *Lesotho Highlands Water Phase II*. Avaliada em 32 bilhões de rands, a iniciativa recebeu empréstimo de 3,2 bilhões de rands do NDB. O financiamento, aprovado em 2019, tem a África do Sul como tomadora do empréstimo e o Reino de Lesoto como país responsável pela implementação⁴².

O planalto de Lesoto é uma das fontes primárias de água para o Rio Vaal que abastece as províncias de Gauteng, Free State, North West e Mpumalanga que juntas representam 60% do produto interno e 45% da população da África do Sul. O país sul-africano é caracterizado por clima semiárido, baixas chuvas e aquíferos subterrâneos limitados. Assim, depende de transferência de água do país vizinho, Lesoto.

Esse projeto tem duração de 6 anos para ser implementado e é a segunda fase de uma iniciativa que terminou em 2003. Nessa primeira fase, houve a construção da represa de Katse, de Mohale, do túnel de desvio de Matsoku e da estação hidrelétrica de Muela. O projeto atualmente em curso objetiva oferecer água de qualidade e baixo custo para as famílias e indústrias de Gauteng, na África do Sul, e contribuir para o desenvolvimento econômico de Lesoto ao usar o sistema de transferência de água para aumentar a capacidade de geração de energia elétrica e pagar em royalties pela água transferida.

A primeira fase do projeto pode servir de guia para que a iniciativa em curso seja bem sucedida ao que se propõe. A organização *International River*, que trabalha na proteção de rios e dos direitos das comunidades que dependem deles, denuncia que a fase 1 foi aprovada com base em uma avaliação de impacto ambiental inadequada, pessoas afetadas pelo projeto foram deslocadas sem compensação adequada e que o Banco Mundial, um dos principais financiadores, fez pouco para garantir a conformidade.

⁴² LESOTHO highlands water project phase II. 2019. Disponível em: <https://www.ndb.int/lesotho-highlands-water-project-phase-ii/>. Acesso em: 01 set. 2020.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS PROJETOS

A tabela abaixo compara quantitativamente as iniciativas chinesas na África do Sul citadas anteriormente com o PIB corrente desse país, com o valor de todos os projetos atualmente em curso aprovados pelo NDB e com o total de iniciativas financiadas pelo Banco Mundial no momento em que este trabalho é realizado, setembro de 2020.

Também é importante esclarecer que os valores em U\$\$ utilizados nos cálculos foram os disponibilizados nos acordos fechados entre a China e a África do Sul e nas informações do site do NDB, *World Bank* e *International Monetary Fund*. Assim, não correspondem ao total gasto nos projetos.

Tabela 1 - Comparação entre as iniciativas chinesas na África do Sul no âmbito do BRICS com o PIB e outros projetos.

Outras Iniciativas	2015	2017	2018	2018	2019
	BRI	John Dude Project	Musina-Makhado SEZ	Durban Project	Lesotho Project Phase II
PIB Corrente África do Sul	0,74%	0,16%	1,27%	0,03%	0,02%
Banco de Desenvolvimento do BRICS	192,83%	43,33%	355,17%	7,10%	6,56%
Banco Mundial	131,74%	29,60%	242,66%	4,85%	4,48%

Fonte: Elaboração do autor, a partir de consulta aos sites da África do Sul, NDB, World Bank e IMF⁴³

A partir do quadro é possível perceber que há três projetos que se destacam: *Belt and Road Initiative*, *John Dude Project* e *Musina-Makhado ZEE*. O primeiro corresponde à 192,83% do total de projetos aprovados do NDB e à 131,74% dos projetos ativos financiados pelo Banco Mundial. Em reportagem mostrada pelo jornal *BusinessTech*, o atual Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, lista problemas enfrentados pelo país na área de abastecimento, transporte, energia e treinamentos⁴⁴. Como o BRI está principalmente relacionado ao desenvolvimento de infraestrutura, pode contribuir para o objetivo sul-africano de atingir até 2030 crescimento sustentável e inclusivo⁴⁵.

⁴³ A metodologia de cálculo é explicada no Anexo A.

⁴⁴ BUSINESSSTECH. **Water, roads, skills and electricity**: ramaphosa lists the massive infrastructure problems in south africa. ramaphosa lists the massive infrastructure problems in South Africa. 2020. Disponível em: <https://businesstech.co.za/news/government/374952/water-roads-skills-and-electricity-ramaphosa-lists-the-massive-infrastructure-problems-in-south-africa/>. Acesso em: 01 set. 2020.

⁴⁵ ECONOMIC infrastructure. In: NATIONAL planning comission: national development plan. p. 42. Disponível em: https://www.nationalplanningcommission.org.za/assets/Documents/NDP_Chapters/devplan_ch4_0.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

O projeto John Dube também revela valores expressivos ao corresponder à 43,33% do total de projetos aprovados pelo NDB e à 29,60% dos financiados pelo Banco Mundial. A iniciativa mostra-se relevante pelo impacto social que pode causar através da construção de casas a preços populares e da criação de postos de trabalho em um país cuja taxa de desemprego foi de 28,70% em 2019, maior valor desde 1980.

O acordo de investimento fechado pela agência de desenvolvimento econômico de Limpopo, localização da Musina-Makhado ZEE, com 9 empresas chinesas corresponde à 1,27 % do PIB corrente da África do Sul desse mesmo ano, à 355,17% do total de projetos aprovados para a África do Sul pelo NDB e à 242,66% dos investimentos do Banco Mundial. A zona econômica oferece localização estratégica por estar ao longo da principal rota norte – sul para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e próxima da fronteira com o Zimbábue.

Com base nas informações do quadro, também é possível inferir que as iniciativas chinesas selecionadas correspondem a outras fontes relevantes de investimento comparadas às já existentes e que a *Belt and Road Initiative* e a *Musina-Makhado ZEE*, sobretudo, têm nos seus acordos valores mais expressivos que a soma de todos os projetos financiados pelo NDB e pelo Banco Mundial. A saber, as duas iniciativas chinesas citadas somam mais de U\$\$ 15 bilhões e são 111% maiores que a soma dos projetos do banco do BRICS e do *World Bank* para a África do Sul.

Analisando as informações de comércio do *Trade Map*, é possível verificar que as exportações sul-africanas para o mundo cresceram 247% entre os anos de 2001 e 2019. O país também participa de inúmeras cooperações internacionais, como por exemplo os BRICS e o G20, onde estão os países emergentes e as maiores economias mundiais. Nesse contexto, o país atualmente se encontra em posição dual ao negociar com a China, uma das maiores economias mundiais, e com países africanos mais fragilizados.

A África do Sul é uma potência comparada às nações africanas. O país foi considerado a porta de entrada para o continente ao ingressar no BRICS, possui o terceiro maior PIB africano desde 2004, tem desenvolvimento humano mais elevado (0,705) que o da África Subsariana (0,541), é o único país africano a integrar o G20, foi o segundo principal destino de investimento estrangeiro direto na África em 2019, foi o principal investidor africano no continente de 2014 a 2018 de acordo com o *World Investment Report 2020* da UNCTAD, ocupou a 6ª posição entre os países africanos na lista do *World Bank's 2020 Doing Business Report* e foi o principal destino do fluxo de investimento direto estrangeiro chinês de 2003 a 2018.

Com relação ao comércio de bens com a África, desde 2001 o país sul-africano tem mantido saldo positivo na balança comercial e exporta principalmente minérios de cromo, produtos

semimanufaturados e polímeros de propileno, enquanto as importações são concentradas em combustíveis e lubrificantes.

Mbangula, D'Sa, D., Toussaint, Thompson e Bond (2018) têm posição bem crítica à relação da África do Sul com o continente. Os autores argumentam que o país tem tido papel subimperialista desde 1960: no contexto do apartheid com ditadores no Malawi e Zaire e posteriormente objetivando negócios que beneficiassem principalmente o país.

Diferente da posição que tem com os países africanos, na relação com seu principal parceiro comercial e investidor – a China –, a África do Sul se revela um país frágil que mantém relações de dependência. O saldo comercial com os chineses é negativo, o país exporta principalmente minérios enquanto importa equipamentos de telecomunicações e máquinas de processamento. A China é a segunda maior economia mundial e possui IDH maior que o sul-africano. Além disso, a África do sul é um país que precisa ter um crescimento de 30% no seu investimento em infraestrutura até 2030 para atingir a meta de crescimento do plano de desenvolvimento nacional.⁴⁶ Para isso, necessitará de capital e especialização em grandes projetos e a China certamente tem os dois.

Por ter uma localização privilegiada, diversificação produtiva e abundância de recursos naturais a África do Sul se torna um ativo atraente para investimentos, principalmente os chineses. O país precisa destes recursos, dado que atualmente enfrenta lento crescimento econômico, taxa de desemprego acima de 20% desde 2001 e muitos problemas sociais. Ademais, devido ao princípio de neutralidade nas questões externas, os investimentos e empréstimos chineses não são acompanhados das condicionalidades que o ocidente propõe.

O trabalho do *African Centre for Citizenship & Democracy* mostra como a China e outras nações emergentes criticam a ordem neoliberal vigente argumentando constituírem novas modalidades de cooperação. Apesar desse argumento, a realidade é que o agrupamento não só falharia para regular o aspecto explorador da acumulação de capital global como tenderia a reforçá-lo. China e Índia, por exemplo, avançam a agenda e o liberalismo econômico global a fim de legitimar acesso aos mercados.

O BRICS criou sua própria instituição financeira enquanto reivindicava reformas no sistema de quotas de voto no FMI. A inovação gerou otimismo para quem considerava o grupo como desafiador da supremacia americana e da ordem financeira global pós-guerra. No entanto, atividades institucionais e políticas alternativas, na realidade, revelam a falta de diferenças genuínas

⁴⁶ BUSINESSSTECH. **Water, roads, skills and electricity**: ramaphosa lists the massive infrastructure problems in south africa. ramaphosa lists the massive infrastructure problems in South Africa. 2020. Disponível em: <https://businesstech.co.za/news/government/374952/water-roads-skills-and-electricity-ramaphosa-lists-the-massive-infrastructure-problems-in-south-africa/>. Acesso em: 01 set. 2020.

com o *status quo* de desenvolvimento. O arranjo operacional do NDB imita o do Banco Mundial e de outros bancos multilaterais e apesar da retórica de sustentabilidade, realiza financiamentos de projetos danosos ao meio ambiente, como o complexo petroquímico de Durban. BRICS (2018, p.180)

Uma das principais estratégias promovidas no âmbito do BRICS, especialmente por parte da China, é o estabelecimento de ZEE. Por não ser considerada uma potência colonial formal, a China tem se beneficiado de sua posição para comprar, via comércio, enormes quantidades de matérias primas e oferecer crédito de infraestrutura sem condicionalidades (KATZ, 2015, 88). Nessa parceria de “ganhos mútuos”, cada vez mais a África do Sul vem tendo seus recursos apropriados.

De acordo com dados do *World Bank*, atualmente são estimadas 237 ZEEs estabelecidas na África e outras em construção (UNCTAD, 2019). Coega, zona econômica estabelecida na África do Sul em 1999, tem ganho prêmios como a mais bem-sucedida mas o relatório do ACCEDE mostra que a mesma ainda falha na criação de empregos permanentes e treinamentos. Outras duas zonas econômicas, Dube e Musina, também são criticadas pelo mesmo relatório por atividades não sustentáveis. Além de se basearem no modelo ocidental em que a indústria é orientada para a geração e reprodução do capital, as ZEEs ainda têm baixa performance por planejamento e gerenciamento fracos, como as críticas de baixa participação das comunidades locais e avaliações ambientais inadequadas mostram.

Em suma, os investimentos chineses no âmbito do BRICS na África do Sul são fontes alternativas de recursos que podem auxiliar o país a atingir suas metas de desenvolvimento. No entanto, o que se tem observado é que a China, país economicamente mais forte, se utiliza do discurso de isenção e descontentamento com as regras e instituições estabelecidas para se beneficiar da assimetria na relação com o país sul-africano e, assim, ter fácil acesso aos mercados internos, recurso naturais, ampliar sua influência política no país e outros.

A África do Sul, nesse contexto, além de derivar valor das suas cooperações com a China, também precisa fortalecer suas instituições internas, de planejamento e gerenciamento, assim como criar espaço de diálogo com as comunidades envolvidas para que os projetos possam criar menos conflitos internos e mais benefícios para a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta monografia, apresentou-se a conjuntura econômica e política da África do Sul quando o regime do apartheid terminou em 1994 e as medidas econômicas tomadas, em especial, a política externa de integração e cooperação com outros países.

Conforme mostrado no terceiro capítulo, a participação em inúmeras iniciativas representou o aceite da comunidade internacional da nova fase do país sul-africano. A partir das informações expostas, pode-se afirmar que o objetivo de desenvolver cooperações que contribuíssem para o desenvolvimento do país foi alcançado.

A presença da África do Sul nas iniciativas trouxe consigo a discussão dos desafios do país e do continente africano para o plano internacional. A análise dos documentos oficiais das cúpulas do BRICS mostrou que na primeira reunião não há nenhuma citação direta ao país e a África. A partir da entrada no grupo em 2011, tratou-se de paz, metas do milênio, desenvolvimento de infraestrutura na África e houve menção da NEPAD, iniciativa do continente africano.

Além de investimentos aprovados, a África do Sul mantém relações comerciais com países das iniciativas. Entre 2001 e 2019, a balança comercial sul-africana foi positiva com a OUA e SADC, deficitária na maioria das vezes com o IBAS e a IORA e sempre negativa para China e BRIC nesse mesmo período. Quanto à composição, as exportações sul-africanas para o continente é composta por bens de maior valor agregado quando comparadas às vendas para outras regiões. O mesmo ocorre com as importações, só que comprando bens de menor valor agregado da África. O saldo e a pauta dessas transações reforça o quanto a África do Sul é uma potência frente às nações africanas e frágil frente às economias externas.

Embora importantes, verificou-se que iniciativas do continente africano não correspondem, intrinsecamente, a mecanismos alternativos à ajuda tradicional por dependerem de empréstimos de organizações internacionais como o FMI, Banco Mundial e de investimentos externos. Por outro lado, IBAS e BRICS desenvolveram seu próprio banco de investimentos e o último também desenvolveu seu próprio contingente de reservas para os países membros.

No capítulo três, mostrou-se que, entre 2003 e 2018, a África do Sul foi o principal destino de IED chinês na África. No capítulo quarto, cinco investimentos chineses no país sul-africano foram analisados. A análise quantitativa dos projetos mostrou que os mesmos correspondem a fontes alternativas de financiamento comparadas às já existentes. O BRI representa mais que 100% de todos os projetos do Banco Mundial para a África do Sul e a Musina-Makhado mais que 200% dos investimentos de mesma origem.

A análise qualitativa revelou que os projetos chineses para a África do Sul no âmbito do BRICS correspondem aos objetivos de desenvolvimento desse país. Entretanto, a execução de alguns investimentos prevê riscos e já apresenta desempenho insatisfatório. Caso da *Belt and Road Initiative*, por exemplo, em que o Banco Mundial conjectura problemas envolvendo escândalos de corrupção e infraestruturas não terminadas e da *Musina-Makhado ZEE*, que já recebe críticas quanto aos impactos ambientais negativos.

A necessidade da criação de um espaço de diálogo com as comunidades locais torna-se necessária dada a unanimidade nas críticas ambientais e de administração fraca nos projetos *Musina-Makhado ZEE*, *Durban Project* e *Lesotho Project Phase II*.

Diante do exposto, os investimentos chineses na África do Sul ao passo que correspondem a fontes alternativas e apontam para as metas do país sul-africano, também revelam resultados diferentes do previsto. Os ganhos mútuos, que são divulgados, parecem pesar muito mais para o lado da China, ratificando a assimetria econômica entre os dois países. De modo simultâneo, a África do Sul, que é uma potência regional, atua sobre as economias mais frágeis do continente se aliando, em muitos casos, à própria China.

Este trabalho não teve por objetivo encerrar o estudo sobre as iniciativas que a África do Sul integra e nem sobre os investimentos no âmbito do BRICS, mas trazer à luz a discussão desse país que ganhou visibilidade, importância no cenário internacional e cuja experiência pode servir de exemplo para as ações chinesas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACCEDE. Shifting sands of the global economic status quo: the emergence of the “new” global south developmental policy narrative and south africa’s special economic zones. **Accede Policy Working Paper**, XX, n. 2, p. 1-50, nov. 2019.

BARBOSA, A.F; TEPASSÊ, A.C. África do Sul pós-apartheid: entre a ortodoxia da política econômica e a afirmação de uma política externa “soberana”. In.: CARDOSO, J.C; ACIOLY, L; MATIJASCIC, M (Org.). **Trajatórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. IPEA, 2009.

BOND, P. **The elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa**. Scottsville: Pluto Press and University of Natal Press, 2000.

BOND, P. **The Mandela years in power**. 2013. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2013/12/06/the-mandela-years-in-power/>. Acesso em: 01 set. 2020.

BOND, Patrick (ed.). **Fanon's warning: a civil society reader on the new partnership for africa's development**. 2. ed. Asmara: Africa World Press, 2005.

BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A política sul-africana: do apartheid a mandela**. 2003. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Branco, Luís. A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid A Mandela. Lisboa, 2003. Tese de Doutorado em Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2003. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/542/1/Doutoramento%20Luis%20CB.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRICS politricks: new subimperial power plays. 2018. 180-184 p.

CONSTANTINO, João Paulo Davi. **Instituição e desenvolvimento econômico na África do Sul pós-apartheid: uma análise crítica ao discurso institucionalista mainstream**. 2017. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/corecon/ckfinder/userfiles/files/fique_por_dentro/Monografia_joao_constantino_ufrj.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

DIALLO, Alfa Oumar. **A nova parceria para o desenvolvimento da África: NEPAD, paradigma para o desenvolvimento**. 2006. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/4232-a-nova-parceria-para-o-desenvolvimento-da-africa-nepad-paradigma-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 01 set. 2020.

FEDDERKE, Johannes. The cost of rigidity: the case of the south african labor market. **Working Papers: Economic Research Southern Africa**, n. 290, jan. 2012. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/rza/wpaper/290.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

GARCIA, A. S. (Coord.). **Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: Arranjos institucionais, atores e impactos**. Rio de Janeiro: Action Aid, 2018.

HIRSCH, Alan. **Season of hope: economic reform under mandela and mbeki**. South Africa: University Of Kwazulu-Natal Press, 2005.

JUNQUEIRA, Philipe Alexandre. **A nova rota da seda e a segurança energética da China no século XXI**. 2018. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37464639/A_Nova_Rota_da_Seda_e_a_Seguran%C3%A7a_Energ%C3%A9tica_da_China_no_s%C3%A9culo_XXI. Acesso em: 01 set. 2020.

KATZ, Claudio. Capitalist mutations in emerging, intermediate and peripheral neoliberalism. In: BOND, Patrick; GARCIA, Ana. **BRICS: an anti-capitalist critique**. United Kingdom: Pluto Press, 2015. p. 70-98.

LAVOR, Rafael Dias. **Transformações econômicas na África do Sul: as políticas econômicas dos governos nos 10 primeiros anos pós-apartheid**. 2017. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4902/1/Monografia%20_%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

MBANGULA, M.; D'SA, D.; TOUSSAINT, Eric.; THOMPSON, L.; BOND, P. **Shifting sands of the global economic status quo: the emergence of the “new” global south developmental policy narrative and south africa’s special economic zones 2**. África do Sul, 2019.

NCUBE, M. South Africa's quest for inclusive development. In: **Challenges of African economic development**. Cape Town, 2017. p. 291-299.

OLIVEIRA, Renata Paes de. **Do apartheid ao século XXI: histórico da democratização sul-africana**. 2010. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

OTÁVIO, Anselmo. A diplomacia sul-africana em ação: o papel da agenda africana na inserção internacional da África do Sul pós-apartheid. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **A Cooperação Sul-Sul e os BRICS**. Caxambu: Anpocs, 2015. 30 p. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt24/9665-a-diplomacia-sul-africana-em-acao-o-papel-da-agenda-africana-na-insercao-internacional-da-africa-do-sul-pos-apartheid/file>. Acesso em: 01 set. 2020.

OUYANG, Lily. **One belt, one road and China's evolution in foreign policy and regional leadership**. Universidade da Virginia, Virginia, 2017.

PEREIRA, A.D. A África do Sul independente: segregação, apartheid e transição pactuada (1910-1994). In.: VISENTINI, P.G.F, PEREIRA, A.D (Org.). **África do Sul: história, estado e sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. **Boletim de economia e política internacional**, IPEA, n.10, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4515/1/BEPI_n10_bric.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. África do Sul e o seu entorno regional: existe um subimperialismo sul-africano?. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 31-51, jan. 2019. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/882/605>. Acesso em: 01 set. 2020.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

THORSTENSEN, V. Investimentos. In: **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012.

THORSTENSEN, V. Os BRICS como atores na organização mundial do comércio. In: **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012.

THORSTENSEN, V. *et al.* Investimentos. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (org.). **Os BRICS na OMC**: políticas comerciais comparadas de brasil, rússia, índia e África do sul. Brasília: Ipea, 2012. p. 215-254.

UNCTAD. **World investment report 2019**: special economic zones. Geneva: United Nations, 2019. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2019_en.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

VISENTINI, P.G.F; PEREIRA, A.D (Org.). **África do Sul**: história, estado e sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

ANEXO A - TABELA COMPARATIVA ENTRE AS INICIATIVAS CHINESAS NA ÁFRICA DO SUL NO ÂMBITO DO BRICS COM O PIB E OUTROS PROJETOS

Outras Iniciativas	2015	2017	2018	2018	2019
	BRI	John Dube Project	Musina-Makhado SEZ	Durban Project	Lesotho Project Phase II
PIB Corrente África do Sul	0,74%	0,16%	1,27%	0,03%	0,02%
Banco de Desenvolvimento do BRICS	192,83%	43,33%	355,17%	7,10%	6,56%
Banco Mundial	131,74%	29,60%	242,66%	4,85%	4,48%

A tabela mostra o quanto os investimentos chineses na África do Sul no âmbito do BRICS correspondem percentualmente ao PIB sul-africano e às outras iniciativas.

Cada percentual foi calculado a partir da divisão do investimento chinês pelas outras iniciativas daquele mesmo ano.

Os valores dos projetos chineses foram os disponibilizados nos acordos fechados entre a China e a África do Sul e não correspondem ao total gasto nos projetos. O BRI em 2015 e Lesotho Project Phase II foram informados em rands. Assim, a conversão para dólar foi feita usando o valor de 1 dólar = 17,3138 rands disponibilizado no site <https://pt.fx-exchange.com/usd/zar.html> em consulta no dia 19/06/20.

Fonte dos valores dos projetos chineses:

- BRI: South African Government. **Speeches**. Disponível em: <https://www.gov.za/speeches/government-signs-twenty-six-agreements-worth-r94-billion-china-2-dec-2015-0000..> Acesso em: 01 set. 2020.
- John Dube Project: CMIG. **CMIG drawin launches first prefabricated construction project in South Africa**. 2017. Disponível em: <https://www.cm-inv.com/en/companyNews/951.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.
- Musina-Makhado SEZ: SOUTH AFRICAN GOVERNMENT NEWS AGENCY. **Chinese companies commit \$10bn to Limpopo SEZ**. 2018. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/chinese-companies-commit-10bn-limpopo-sez>. Acesso em: 01 set. 2020.
- Durban Project: DURBAN container terminal berth reconstruction project. 2018. Disponível em: <https://www.ndb.int/transnet-south-africa/>. Acesso em: 01 set. 2020.
- Lesotho Project Phase II: LESOTHO highlands water project phase II. 2019. Disponível em: <https://www.ndb.int/lesotho-highlands-water-project-phase-ii/>. Acesso em: 01 set. 2020.

Outras Iniciativas

- O PIB África do Sul corresponde aos valores correntes em dólares nos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019. Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Report for Selected Countries and Subjects.** 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2020/01/weodata/weorept.aspx?sy=2015&ey=2021&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=67&pr1.y=11&c=199&s=PPPGDP%2CLUR&grp=0&a=>. Acesso em: 01 set. 2020.
- Banco de Desenvolvimento dos BRICS (total de projetos aprovados para a África do Sul). Fonte: NEW DEVELOPMENT BANK. **List of all projects.** Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>. Acesso em: 01 set. 2020.
- Banco Mundial (total dos projetos ativos). Fonte: THE WORLD BANK. **Projects in South Africa.** Disponível em: https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?countrycode_exact=ZA. Acesso em: 01 set. 2020.